



Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2023

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES	2
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	19
PARECER DO FISCAL ÚNICO	20
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	28
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	29
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	30
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	31
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
ANEXOS AO RELATÓRIO E CONTAS DE ACORDO COM AS CIRCULARES Nº 3 & Nº 4/SHC/2007	85

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO ADMINISTRADOR-DELEGADO

O ano de 2023 revelou-se de grandes dificuldades, em Moçambique, e de grandes desafios para o Banco Letshego. Acontecimentos de grande impacto internacional e nacional, tais como o prolongamento da guerra entre a Rússia e Ucrânia, a situação político-militar no norte do país (Cabo Delgado), as pressões macroeconómicas que resultaram num índice de inflação de 5.30%, as alterações das taxas da política monetária, com destaque para o incremento de 2% da Prime Rate (PLR) durante o primeiro semestre do ano, as alterações sucessivas das taxas de reservas obrigatórias, com destaque para depósitos, em moeda nacional, cujas taxas foram agravadas de 10.5% para 28% em Fevereiro e para 39% em Maio de 2023, bem como os efeitos remanescentes da implementação da nova tabela salarial única (TSU) para o sector público e da centralização do processamento e pagamento dos salários dos Ministérios da Defesa e Interior na CEDSIF, afectaram, de forma significativa, o ambiente macroeconómico e, particularmente, o sector financeiro, obrigando as instituições a um esforço adicional para continuar a disponibilizar os serviços aos clientes.

No caso vertente do Banco Letshego, o esforço da administração e dos colaboradores continuou orientado nos cinco pilares estratégicos que corporizam o processo de transformação do banco, nomeadamente a agilidade corporativa, digitalização, diversificação dos produtos, equilíbrio geográfico e sustentabilidade do negócio. Destacam-se, de entre os serviços, a implementação da plataforma Digital Mall, que permite o acesso a serviços financeiros fornecidos pelo banco, a implementação do segmento MSE, relativo a financiamento de Micro e Pequenas Empresas e a introdução efectiva do cartão de débito MasterCard.

O ano de 2023 voltou a ser caracterizado por um crescimento da carteira líquida de crédito em cerca de 18.3% (volume) e um ligeiro acréscimo de 1.6% no número de clientes (2023: 85.662; e 2022: 84.283 clientes) do Banco Letshego, S.A.; de consolidação do seu negócio e da estratégia definida em finais de 2019, traduzindo-se na expansão dos seus produtos e serviços e na implementação de condições para que o ano de 2023 continuasse o ano da consolidação da contribuição de todas as áreas de negócio para o crescimento da actividade.

Não obstante as condições macroeconómicas adversas antes referidas, o ano de 2023 fica marcado por um Resultado Líquido do exercício que ascendeu a cerca de 996 milhões de meticais (2022: 721 milhões de meticais) e o total de activos é de cerca de 14 728 milhões de meticais (2022: 11 859 milhões de meticais), impulsionado principalmente pelo aumento da carteira de crédito a clientes. Destaca-se o crescimento anual dos resultados líquidos em 38%, impactado pela melhoria na qualidade da carteira de crédito, crescimento da carteira de crédito e iniciativas de racionalização de custos. Destaca-se, igualmente, a redução de depósitos de clientes em 3.7% e o aumento de empréstimos de outros em 31.5% (cerca de 409 milhões de meticais) e emissão de obrigações corporativas no montante de 1 315 milhões de meticais, como parte da estratégia de reestruturação das fontes de financiamento, com vista a proteger a acessibilidade dos produtos para os clientes. As estratégias adoptadas durante o ano, permitiram ao Banco a melhoria das suas quotas de mercado a 31 de Dezembro para 1.67% (2022: 1.43%) para os activos totais e 4.35% (2022: 3.66%) para os créditos, porém com ligeira redução para 0.44% (2022: 0.46%) para os depósitos.

Não obstante a reduzida quota de mercado, a XXV

edição da pesquisa das 100 maiores empresas de Moçambique, emitida em 2023 pela KPMG com referência ao desempenho de 2022, posiciona o Banco Letshego no 41º lugar, registando a redução de 3 (três) posições comparativamente ao ano anterior. A pesquisa do mesmo ano, focalizada ao sector bancário, destaca ainda o Banco Letshego num lote de 19 bancos comerciais que operam em Moçambique como: melhor rácio de eficiência com 24.56%, com a média do sector fixada em 53.70%; quarto melhor rácio de solvabilidade (44.65%); quarto banco, pelo segundo ano consecutivo, com o melhor lucro do exercício; oitava melhor rentabilidade de fundos próprios (13.89%); e rácio de crédito vencido e duvidoso de 6.40%, significativamente abaixo dos 9.50% do sector.

No que tange às questões prudenciais, nomeadamente a solvabilidade e liquidez, o banco manteve-se confortavelmente acima dos limites regulamentares registando, a 31 de Dezembro de 2023, um rácio de solvabilidade de 34.65%, acima dos 12% regulamentares, porém abaixo dos 44.60% registados em 2022, justificando-se essa redução pela declaração de dividendos no valor total de MT 483 milhões sobre os lucros obtidos nos exercícios de 2022. Por outro lado, o rácio de liquidez cifra-se a 58.46%, ao fecho do ano de 2023.

O Banco Letshego, S.A., faz parte do grupo Letshego Africa Holdings Limited (LAHL) o qual se configura como instituição Pan-Africana, que opera em 11 países, nomeadamente Botsuana, Quênia, Lesoto, Moçambique, Namíbia, Ruanda, eSwatini, Tanzânia, Nigéria, Uganda e Gana. A subsidiária moçambicana é historicamente considerada a 3ª maior, depois das congéneres de Botsuana e Namíbia, porém no ano económico de 2023 ascendeu à 1ª posição em termos de rentabilidade e manteve-se como a detentora da maior carteira de depósitos ao nível do mesmo grupo.

A rede de distribuição do Banco Letshego manteve-se inalterada em termos de agências, com um total de 13, sendo 3 na cidade de Maputo e 10 nas

restantes capitais provinciais, estando em curso um processo de remodelação para se conformar com as exigências regulamentares e conferir o alargamento de serviços e comodidade ao cliente. O acesso aos distritos e localidades continuou a ser garantido através das plataformas electrónicas e de agentes de vendas, num total de 335 distribuídos por todo o país.

O Banco Letshego S.A. conta com uma força motriz jovem e integralmente moçambicana, em todos os escalões da estrutura organizacional, dos quais 61% com idade inferior a 40 anos e 4% acima dos 50, num total de 155 colaboradores efectivos. Destes universos, apenas 36% são do sexo feminino, pelo que a gestão colocou em prática estratégias para o equilíbrio de género.

Desenvolver as suas actividades e disponibilizar produtos e serviços financeiros em adesão a padrões de ética e conduta irrepreensíveis, continua um dos principais compromissos do Banco Letshego para com os consumidores financeiros que aderem às suas soluções, e demais *stakeholders*, alicerçados na convicção de que o comportamento ético dos seus colaboradores, e o cumprimento de bons padrões de conduta no geral, e em especial a conduta bancária, representam um activo valioso para a instituição na certificação de que o Banco cumpre com o seu propósito de “Melhorar Vidas”, disponibilizando soluções centralizadas e adequadas aos fins esperados pelos consumidores financeiros, bem assim minimizando potenciais riscos reputacionais. Foi nesse contexto que, tendo presente a preocupação com questões éticas, deontológicas e de conduta, o Banco desenvolveu e activou uma linha de reporte interna para denúncia de comportamentos anti-éticos, desviantes e fraudulentos, assegurando todas as garantias de protecção e anonimato aos denunciadores, ao mesmo tempo que implementou em 2022, acções de formação em matéria de Conduta, a todos os seus colaboradores, com especial enfoque no Conselho de Administração e Comissão Executiva, de modo a garantir que o “tom” da base ao topo esteja devidamente estabelecido.

Para 2024 o Banco Letshego, S.A. ambiciona manter os níveis de crescimento já alcançados e incrementar a sua oferta de produtos e serviços, com destaque para a expansão dos cartões de débito, diversificação de produtos e serviços e a consolidação de soluções digitais, que para além de reduzir a circulação de notas e moedas no sector, irão conferir maior comodidade e flexibilidade na interacção entre o banco e os clientes, bem como nos processos de pagamento de serviços.

Em resumo, pode se dizer que o ano de 2023 foi caracterizado por adversidades macroeconómicas, porém o banco manteve níveis aceitáveis de rentabilidade, de crescimento da sua carteira de crédito, de solidez da sua estrutura de capital e de liquidez, mantendo-se forte para servir os seus clientes em 2024 com maior comodidade e agilidade. Estes resultados e resiliência só foram possíveis devido à competência, dedicação e elevado profissionalismo de todos os colaborado-

res do Banco Letshego, aos quais se deixa a merecida apreciação e agradecimento, em nome do Conselho de Administração.

Igualmente, o Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento e apreço aos Accionistas, Mesa de Assembleia Geral, Fiscal Único, Auditor Externo, Banco de Moçambique e todas as autoridades que foram, igualmente, fundamentais para o funcionamento do banco, por toda a colaboração que, aliás, o Banco Letshego sempre mereceu ao longo dos anos que opera em Moçambique.

Aos clientes, a razão da existência do Banco Letshego, vai o agradecimento especial pela privilegiada preferência e confiança, reiterando-se a promessa de continuar a servir para garantir a satisfação das suas expectativas, com maior comodidade, agilidade e simplicidade, contribuindo para a melhoria de vidas.



 **LetsGo**

**Tem uma ideia
e precisa de
financiamento?**


letsgo.letshego.com

Banco Letshego

Para mais detalhes informe-se no balcão mais próximo

2. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Valores em MZN'000

Balço	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Activo Total (Líquido)	14,728,259	11,858,593	24.20%	2,869,665
Volume de Negócios	14,869,764	13,321,182	11.62%	1,548,583
<i>Crédito a Clientes (Bruta)</i>	12,137,291	10,484,151	15.77%	1,653,140
<i>Recursos de Clientes</i>	2,732,473	2,837,030	-3.69%	(104,558)
Situação Líquida	5,610,526	5,059,557	10.89%	550,970
Rácio de Transformação	444%	370%	20.20%	
Volume de Negócios por Colaborador	95,934	80,248	19.55%	15,686
Resultados				
Produto Bancário	2,005,730	2,164,125	-7.32%	(158,395)
<i>Margem Financeira</i>	1,968,640	1,972,322	-0.19%	(3,682)
<i>Margem Complementar</i>	37,090	191,803	-80.66%	(154,713)
Custos Operacionais	702,194	770,696	-8.89%	(68,502)
Imparidades e Provisões do Exercício	147,166	(274,093)	-153.69%	421,259
Imposto sobre Resultados	454,364	398,029	14.15%	56,335
Resultado Líquido	996,338	721,307	38.13%	275,031
Rentabilidade				
Produto Bancário/ Activo líquido Médio	15.09%	18.25%	-17.32%	
Rendibilidade do Activo total Médio (ROAA)	7.49%	6.08%	23.22%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROEA)	18.68%	14.26%	31.00%	
Rácio de Eficiência (Cost to Incomo Ratio)	35.01%	35.61%	-1.69%	
Produto Bancário por colaborador	12,940	13,037	-0.74%	(97)
Qualidade de crédito				
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	8.26%	6.91%	19.58%	
Cobertura do Crédito Vencido pela Imparidade de crédito	0.56%	2.63%	-78.79%	
Solvência				
Fundos Próprios	3,290,293	3,511,297	-6.29%	(221,004)
Activos ponderados ao Risco	11,399,423	9,451,815	20.61%	1,947,609
Core Tier I	40.48%	45.90%	-11.81%	
Core Tire II	5.78%	7.45%	-22.37%	
Rácio de Solvabilidade	34.65%	44.60%	-22.31%	
Quotas de Mercado				
Depósitos	0.44%	0.46%	-4.35%	
Crédito a Clientes	4.35%	3.66%	18.85%	
Activos	1.67%	1.43%	16.78%	
Quotas de Mercado				
Número de Agências	13	13	0.00%	0
Número de Colaboradores	155	166	-6.63%	(11)
Número de Clientes	106,120	109,012	-2.65%	(2,892)

3. CONSTITUIÇÃO E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Banco Letshego S.A., com sede na Av. Albert Lithuli, esquina com a Av. 25 de Setembro, nº 15, 6º andar, na cidade de Maputo, foi constituído, em Moçambique, nos termos do Código Comercial, sob o Decreto-Lei nº 2/2005, de 27 de Dezembro, Capítulo VI, e da Lei das Instituições Financeiras nº 15/99, de 1 de Novembro, alterada pela Lei nº 9/2004, de 21 de Julho, agora revogadas pelo Decreto-Lei nº 1/2022, de 25 de Maio e Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro, respectivamente. Em Setembro de 2016, o Banco obteve a licença do Banco de Moçambique

para operar como banco comercial, tendo, sucessivamente incrementado o seu capital social para MZN 1.700.000.010,00 em estrita observância ao mínimo regulamentarmente estabelecido.

O Capital Social do Banco Letshego é constituído por 56.666.667 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete) acções ordinárias totalmente subscritas e realizadas, distribuídas conforme ilustrado abaixo:

Accionistas	% Part.	Acções
Letshego Africa Holdings Limited	99.74%	56,519,827
Timbila Design, Limited	0.12%	65,434
General Tobias Joaquim Dai	0.06%	35,691
Shawn Bruwer – nomeado pela Letshego Holdings Limited	0.05%	30,250
Joaquim Mataruca	0.03%	15,465
Total	100.00%	56,666,667

A Letshego Africa Holdings Limited é uma entidade constituída na República do Botsuana e cotada na Bolsa de Valores do Botsuana.

4. VISÃO E MISSÃO

É missão do Banco Letshego, SA, afirmar-se como um provedor de serviços financeiros de classe mundial ao segmento de retalho, pelo que o Banco continuará a apostar na melhoria da qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente através de meios digitais mais robustos e inovadores, fortalecimento do sistema de controlo interno e a manutenção do desempenho financeiro, sendo que para tal, continuará a investir em tecnologia e recursos humanos qualificados.

É objectivo do Banco Letshego, S.A., manter-se como uma referência no mercado financeiro moçambicano, através de taxas de crescimento, níveis de rentabilidade e solvabilidade estáveis e orientado para os clientes com dificuldades de acesso

aos serviços financeiros, com enfoque nas zonas rurais.

A missão do banco é de encorajar o trabalho árduo e a honestidade, a coragem e o “fair play”, não por caridade mas pelo bem comum de cada cidadão moçambicano.

5. NATUREZA DO NEGÓCIO

O Banco tem como actividade principal a concessão de empréstimos de curto e médio prazos, sem garantia, para os funcionários do sector público e privado e a micro e pequenas empresas (MSE). O Banco também está licenciado para negociar todos os produtos e serviços de um banco comercial, in-

cluindo a captação de depósitos através da sua solução integrada “LetsGo”. Para além disso, o banco iniciou a sua própria solução de agente bancário que garante a penetração e representação às localidades e distritos onde não possui agências (balcões).

6. GOVERNAÇÃO

A manutenção formal de elevados padrões de ética empresarial na condução dos negócios do Banco é da responsabilidade do Conselho de Administração. Para tal, o Banco aplica a estrutura de Governança Corporativa do Grupo para Conselhos subsidiários, que se encontra alinhada com o Código de Governança Corporativa King III e as melhores práticas recomendadas internacionalmente. A estrutura de governança corporativa do grupo para os órgãos subsidiários abrange vários princípios e orientações de governança que devem ser seguidas pelo Banco, quanto à conduta do Conselho de Administração, composição e outros aspectos. Tanto o Conselho de Administração quanto a gestão devem avaliar, constantemente, os procedimentos de controlo e de gestão de risco e garantir a implementação e revisão regular dos respectivos regulamentos.

Todos os administradores podem, no âmbito das

suas funções, pedir aconselhamento profissional independente por conta do Banco.

O Conselho de Administração é responsável pela manutenção de controlos internos sólidos, pela gestão de risco, pela preparação e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento de todas as leis e regulamentos e pela implementação das políticas e objectivos-chave. Por consequência, tem um controlo completo e efectivo do Banco e é responsável pelo desempenho do Banco perante todas as partes interessadas.

O Conselho de Administração é composto por cinco Administradores, quatro não-executivos e um executivo. O Administrador executivo é o Administrador-delegado do Banco e dois dos Administradores não-executivos são independentes. O Banco Letshego tem um Conselho Fiscal, na forma de Fiscal Único, que reporta à Assembleia Geral. O Conselho Fiscal é responsável por examinar as demonstrações financeiras e outros relatórios do Banco e supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do Conselho de Administração, pelo menos trimestralmente, entre outras funções relacionadas com a supervisão do controlo interno do Banco.

Administradores

Nome	Cargo	Data da Nomeação
General Tobias J. Dai*	Presidente do CA	Janeiro de 2011
David Seie*	Membro não-executivo	Setembro de 2017
Kathryn Larcombe*	Membro não-executivo	Março de 2020
Chipiliro Katundu**	Membro não-executivo	Fevereiro de 2021
Carlos J. Nhamahango*	Membro executivo – CEO	Abril de 2018

Conselho Fiscal:

- Fiscal Único, conduzido pela firma Nexia BKSC, representada pelo Sr. Jeremias Cardoso da Costa

Auditor Externo:

- Ernst & Young (EY), Lda, nomeado em Agosto 2020 e devidamente aprovado pelo Banco de Moçambique

7. REDE DE DISTRIBUIÇÃO, PONTOS DE PRESENÇA E SEGMENTAÇÃO DE CLIENTES

O Banco Letshego SA possui as seguintes redes de distribuição:

- 13 balcões, dos quais 3 localizados na cidade de Maputo e os restantes 10 distribuídos pelas capitais provinciais
- 155 colaboradores, sendo 71 nos serviços centrais e 84 nos balcões
- 335 agentes de vendas

O Banco disponibiliza soluções digitais, nomeadamente:

- USSD *899#,

- Internet banking,
- Cartão de débito da Mastercard.
- Remittance, que permite as transferências transfronteiriças.

Os segmentos de negócio definem-se como se segue:

- Dedução na fonte, para funcionários públicos e privados
- Micro e Pequenas Empresas, enquadrando financiamentos programáticos para sectores de Educação, Saúde, Agricultura e Outros.

8. DIMENSÃO E QUOTAS DE MERCADO

De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Moçambique, a quota de mercado do Banco Letshego evoluiu conforme ilustrado abaixo, nos últimos 3 anos, demonstrando que apesar dos desafios

impostos no contexto macroeconómico, com impacto no sector bancário, o banco conservou as suas quotas, servindo cerca de 109 mil clientes, maioritariamente do sector público.

Categorias	Ano 2023	Ano 2022
Activos Totais	1.67%	1.43%
Créditos a Clientes	4.35%	3.66%
Depósitos de Clientes	0.44%	0.46%

9. GESTÃO DE RISCO E COMPLIANCE

O sistema de Gestão de Riscos do Banco obedece ao modelo das 3 (três) linhas de defesa para a gestão e mitigação dos vários riscos a que o Banco Letshego se encontra exposto na execução diária das suas actividades bancárias.

A primeira linha de defesa do Banco Letshego é com-

posta pelas Unidades de Negócio e outras Unidades geradoras das Exposições em risco, as quais constituem o primeiro ponto de defesa contra os riscos associados à actividade, com a responsabilidade, em especial, de identificar adequadamente os riscos no momento da sua originação, categorizar, implementar medidas de mitigação e reportar as linhas de de-

fesa consecutivas.

A segunda linha de defesa do Banco Letshego é composta pelos seguintes Departamentos:

- Departamento de Risco (DR), cujas principais atribuições, incluem mas não se limitam a (i) gestão do Risco Global da instituição, por referência às 9 (nove) tipologias de riscos indicadas nas Diretrizes Gerais de Risco (DGR) aprovadas pelo Aviso n.º 04/GBM/2013, de 18 de Setembro, nomeadamente, Risco de Crédito, Liquidez, Taxa de Juro, Taxa de Câmbio. Operacional, Estratégico, de Reputação, de Compliance e, de Tecnologia de Informação.
- Departamento Jurídico e de Compliance, cujas principais atribuições incluem mas não se limitam à identificação, mensuração, mitigação, monitoria, e reporte dos riscos associados ao cumprimento de regulamentação emitida por entidade reguladora e outras entidades sectorialmente relevantes, normativos internos e melhores práticas bancárias.

A terceira linha de defesa do Banco Letshego é composta pelo Departamento de Auditoria Interna, cujas atribuições incluem mas não se limitam, a contribuir para a criação e manutenção, a todo tempo, de um bom ambiente de controlo interno, mediante o exercício de acções tendentes a aferir e dar garantias independentes ao Conselho de Administração do Banco Letshego, de que os processos e procedimentos internos do Banco nas várias áreas são adequados, efectivos e eficazes para mitigar o universo de riscos existentes e emergentes a que a instituição se encontra exposta.

Durante o ano de 2023, o Banco Letshego investiu na consolidação do *framework* de Gestão de Riscos da instituição (enterprise risk management) tendo ao nível da sua estrutura orgânica, autonomizado a área responsável pela gestão do risco de compliance mediante a sua dissociação do Departamento de Risco, da qual resultou o estabelecimento do Depar-

tamento Jurídico e Compliance, medida tendente a reforçar a segregação de funções ao nível da instituição, bem assim dotar de autonomia e independência necessárias, às áreas da segunda linha de defesa. No mesmo sentido, e na sequência da revisão da estrutura organizacional das áreas retro mencionadas, o Banco Letshego reforçou os recursos nestas áreas, com especial enfoque para os (i) recursos humanos, (ii) recursos técnicos e (iii) suporte e assistência do Grupo Letshego no cumprimento das melhores práticas internacionais.

Departamento de Risco

O Departamento de Risco (DR) constitui uma unidade com estrutura independente no que concerne à matéria de análise e controlo de risco, actuando de forma prudente na gestão, tanto dos riscos financeiros quanto dos riscos que embora não financeiros, tenham habilidade para trazer impactos financeiros aos objectivos e resultados esperados do Banco. Este Departamento é responsável pela concepção e implementação de políticas, princípios, procedimentos, directrizes, metodologias, definição de limites e declaração de apetite ao risco, adequados à dimensão, visão, valores e estrutura do Banco Letshego, bem assim consentâneos com as regras estabelecidas pelo Banco de Moçambique e demais reguladores, incluindo as melhores práticas vigentes no mercado. Assim, no âmbito da implementação do quadro conceptual de gestão de riscos, o Banco Letshego alcançou (i) um nível de implementação do Enterprise Risk Management Framework a marca de 83%, contra o mínimo estabelecido de 81%, sendo este um dos indicadores do sucesso alcançado na consolidação das estruturas de gestão de risco. No mesmo sentido, o nível de perdas operacionais mitigado e monitorizado pela área, esteve abaixo de 5% do lucro da instituição antes de impostos. O Departamento de Risco providenciou, com sucesso, formação para todos os trabalhadores em matéria de prevenção de fraudes, facto de relevante importância na manutenção de níveis aceitáveis de perdas operacionais. Através da área, o Banco elaborou o relatório sobre o Processo

de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP), nos termos estabelecidos na Circular 2/SCO/2013, bem assim, remeteu dentro dos prazos regulamentares, o vital e extremamente importante Plano de Recuperação, elaborado em estrita obediência ao previsto no Aviso n.º 02/GBM/2022.

Departamento Jurídico e de Compliance (DJC)

O Departamento Jurídico e de Compliance é composto por um total de 3 (três) Unidades, nomeadamente:

- **Unidade Jurídica e Secretariado da Sociedade:** Durante o exercício em reporte, a Unidade deu continuidade ao desenvolvimento de acções de suporte às demais áreas de negócio, através da prestação de suporte, auxílio, e pareceres jurídicos a todas as áreas de negócio, em matérias de contratação de crédito, fornecedores e prestadores de serviços, implementação de novos produtos e serviços financeiros, análises de novos instrumentos jurídicos, gestão de litígios judiciais e extrajudiciais, interacção com entidades reguladoras, gestão de advogados e escritórios de advocacia externos, entre outros, sendo de destacar os esforços empreendidos na obtenção da aprovação do produto de Financiamento à Micro, Pequenas e Médias Empresas, bem assim o avanço alcançado noutros processos tendentes à aprovação de soluções relevantes aos objectivos de negócio do Banco Letshego, sem olvidar das acções desenvolvidas na gestão das matérias de Secretariado e Governança Corporativa do Banco ao nível da Assembleia Geral, Conselho de Administração, e do Comité de Auditoria, Gestão de Riscos, Activos e Passivos.
- **Serviço de Atendimento e Gestão de Reclamações (SAGR):** O SAGR foi estabelecido como área responsável pelo Tratamento e Gestão de Reclamações, em observância ao mais recente Regulamento de Tratamento de Reclamações, aprovado pelo Aviso n.º 9/GBM/2020, de 31 de Dezembro. Alinhado à política do Banco Letshego que é “Melhorar Vidas” alicerçado numa postura centralizada nos consumidores financeiros e necessidades destes, em 2022 procedeu-se, oficialmente, à transferência desta Unidade, que passou a integrar o DJC. Esta medida enquadra-se nas acções de reforço da estrutura de governança corporativa da instituição, tendente a melhorar a gestão de riscos, no caso o risco reputacional e demais riscos associados, garantindo que o Banco disponha de uma área especificamente dedicada à satisfação dos interesses dos nossos clientes e protecção dos direitos dos mesmos, de forma célere, profissional, dotados de autonomia e independência necessárias à prestação de um serviço de tratamento de reclamações eficaz e eficiente. No desenvolvimento do seu plano anual de formação, e por recurso a formados externos, certificados e experientes na matéria, o Banco Letshego concluiu com sucesso o processo de formação da totalidade dos seus colaboradores na matéria atinente ao Código de Conduta das Instituições de Crédito, Sociedades Financeiras e Protecção do Consumidor Financeiro, em observância aos princípios, normas e directrizes constantes do Aviso n.º 8/GBM/2021, de 22 de Dezembro.
- **Unidade de Compliance e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e a Proliferação de Armas de Destruição em Massa:** A Unidade de Compliance, continua a implementar as suas acções tendentes à consolidação da cultura de compliance e de abordagem baseada no risco (risk based approach) focalizando os seus esforços principalmente no (i) reforço das acções de combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, desde o processo de aceitação dos clientes, sua categorização de risco, gestão e monitoria de transacções desses clientes, bem assim na análise transaccional de consumidores financeiros com categorias de risco elevado, incluindo as Pessoas Politicamente Expostas, incluindo o reforço da capacidade tecnológica interna no âmbito do reporte às entidades regulamentares relevantes; e

(ii) implementação do programa de gestão de risco de compliance mediante identificação, classificação e mensuração do Universo Regulatório a que o Banco Letshego se encontra exposto, bem como a monitorização desses riscos e das acções de mitigação dos mesmos. Durante o ano de 2023, o Banco Letshego formou a totalidade dos seus trabalhadores e agentes bancários em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento, tanto com recurso a meios e formados internos, presencialmente, como por recurso a plataformas de formação à base de tecnologias de formação à distância, por intermédio da Thomson Reuters, reputada instituição na provisão de produtos e serviços de gestão de riscos, tendo concluído, com sucesso, duas formações nas matérias de (i) Combate ao Branqueamento de Capitais, e (ii) Privacidade de Dados.

Departamento de Auditoria Interna

O Departamento de Auditoria Interna, como última linha de defesa do Banco, representa o último reduto defensivo da instituição, a quem cabe entre outros, rever de forma independente e regularmente, os controlos internos em vigor, através de auditorias aos processos e métodos implementados em todas as áreas do Banco Letshego, identificando as áreas que apresentam e representam maior risco, bem assim na avaliação da eficácia e eficiência dos mesmos procedimentos, para mitigar a exposição do banco aos riscos internos e externos, com vista a fornecer garantias imparciais ao Conselho de Administração sobre a adequabilidade do sistema de controlo interno.

Durante o ano de 2023, o Departamento de Auditoria Interna realizou as auditorias planificadas e aprovadas pelo Comité de Auditoria, Gestão de Riscos e Activos e Passivos do Banco Letshego, com o objectivo primordial de aferir e confirmar a adequação dos mecanismos de controlo interno implementados na instituição, bem assim o cum-

primento de níveis adequados de segregação de funções, e responsabilidades, incluindo o cumprimento de regulamentação aplicável ao Banco, factores de fundamental importância no funcionamento são e adequado da instituição. O Departamento de Auditoria Interna realizou, igualmente, actividades de monitoria dos controlos implementados aos principais riscos do Banco, bem como participou do processo de remediação, mitigação e validação das medidas implementadas no fecho das constatações emitidas.

10. ANÁLISE FINANCEIRA

O ano de 2023 foi, conforme referido em notas anteriores, desafiador particularmente em virtude dos efeitos remanescentes da pandemia da Covid-19, prolongamento do conflito Rússia – Ucrânia, com efeitos adversos nas economias africanas, que incluem a desaceleração do índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), prevalência de taxas de inflação elevadas e taxas de juros com tendência crescente.

Moçambique, tal como demais países, experimentou estes efeitos, com a inflação a crescer para 5.30% e a PLR agravando-se em 2% durante o primeiro semestre de 2023. Adicionalmente, o ambiente de negócio conheceu restrições devido à instabilidade político-militar em Cabo Delgado, aos desafios associados à implementação da nova tabela salarial (TSU) no sector público, centralização do processamento e pagamento dos salários dos Ministérios da Defesa e do Interior no CEDSIF, alteração significativas na taxa de reservas obrigatórias também devido à ocorrência de calamidades naturais (chuvas e ciclones).

Não obstante as adversidades, o Banco Letshego manteve a sua solidez e robustez encerrando o ano financeiro de 2023 com um lucro líquido de MT 996 milhões, largamente influenciado pelo crescimento da carteira de crédito a clientes, melhoria da qualidade da carteira de crédito e racionalização de custos.

11. RESULTADOS E RENTABILIDADE

Valores em MZN'000

Demonstrações de Resultados	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Margem Financeira	1,968,640	1,972,322	-0.19%	(3,682)
Margem Complementar	37,090	191,803	-80.66%	(154,713)
Produto Bancário	2,005,730	2,164,125	-7.32%	(158,395)
Gastos com Pessoal	229,249	233,228	-1.71%	(3,979)
Gastos gerais administrativos	402,389	477,495	-15.73%	(75,105)
Depreciações e amortizações	70,556	59,974	17.65%	10,583
Estrutura de Custos	702,194	770,696	-8.89%	(68,502)
Imparidades	147,166	(274,093)	-153.69%	421,259
Resultados Antes de Impostos	1,450,702	1,119,336	29.60%	331,366
Impostos	454,364	398,029	14.15%	56,335
Resultado Líquido	996,338	721,307	38.13%	275,031

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do Banco Letshego ascendeu a MT 996 milhões em Dezembro de 2023, o que corresponde a um acréscimo de 38.13% comparativamente aos MT 721 milhões reportados em 2022. Este foi impactado fundamentalmente pelo crescimento da carteira de crédito, estorno de imparidades de crédito devido à melhoria da qualidade da carteira, bem como iniciativas de racionalização de custos operacionais.

O Produto Bancário registou uma redução de 7.32%, largamente influenciado pelos custos de financiamento. Por sua vez, a Estrutura de Custos registou uma redução de 8.89%, principalmente em virtude de iniciativas de contenção e racionalização de custos, ganhos estes que foram parcialmente anulados pelo incremento de amortizações e depreciações,

como resultado, conclusão e realocação de 4 novos balcões em Maputo (Karl Marx), Nampula, Beira e Chimoio. Note-se ainda a reversão de imparidades no ano de 2023, resultante das campanhas de cobranças de créditos em mora e de reestruturação e reescalamento das dívidas de clientes.

A rubrica de Impostos reflecte as retenções na fonte sobre as operações no Mercado Monetário Interbancário (MMI) e a estima de Impostos sobre o Rendimento, sendo que o aumento de 14.15% está intimamente associado ao aumento dos Resultados Brutos. Em 2023, o Rácio de Rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) registou, igualmente, um aumento de 13.39%, para 18.68%, reflectindo o aumento dos Resultados Líquidos.

Margem Financeira

Valores em MZN'000

Margem Financeira	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Juros e rendimentos Similares	3,129,703	2,865,986	9.20%	263,716
Juros e encargos Similares	1,161,063	893,664	29.92%	267,399
Margem Financeira	1,968,640	1,972,322	-0.19%	(3,682)
Taxa Margem Financeira	62.90%	68.82%	-8.60%	

A Margem Financeira do Banco Letshego teve uma redução marginal de 0.19%, passando dos MT 1.972 milhões registados em 2022 para MT 1.969 em 2023,

principalmente afectados pelo agravamento dos custos de financiamento obtidos em outras instituições de crédito (OIC) e obrigações corporativas, devi-

do ao incremento da PLR em 2%. Os juros de créditos a clientes continuaram a representar a maior porção de juros e rendimentos similares, com uma contribuição de 98%, sendo que os restantes 2% resultaram das aplicações no MMI.

No que tange aos juros e encargos similares é de salientar o aumento de 64% em juros incorridos nos

empréstimos de OIC, resultantes do aumento das facilidades e das variações da PLR. Por outro lado, destaca-se igualmente o impacto de juros de Obrigações Corporativas emitidas em Agosto de 2023, com um peso de 10.2% sobre os juros e encargos similares. Os juros incorridos noutras fontes de financiamento, nomeadamente Depósitos e Empréstimo do Grupo LHL registaram uma variação marginal de 4%.

Margem Complementar

Valores em MZN'000

Comissões Líquidas	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Rendimento de taxas e comissões	112,047	121,973	-8.14%	(9,926)
Outros resultados operacionais	280,983	327,745	-14.27%	(46,762)
Comissões Recebidas	393,030	449,718	-12.61%	(56,688)
Gastos com taxas e comissões	355,940	257,916	38.01%	98,025
Comissões Líquidas	37,090	191,803	-80.66%	(154,713)
Comissões Líquidas/ Produto Bancário	1.85%	8.86%	-79.14%	

A Margem Complementar cifrou-se em MT 37 milhões, registando uma redução anual significativa de 80.66%, decorrente das taxas e comissões cobradas, do efeito da redução dos subsídios em virtude

da descontinuação dos Agenciamentos Bancários e do efeito dos abates de dívidas incobráveis sobre os ganhos recebidos no plano de seguro da carteira de créditos e efeitos.

Custos de estrutura

Em 2023, os Custos de Estrutura registaram uma redução de 8.89%, para MT 684 milhões, fundamentalmente impactados pela inflação de 10.6% registada ao longo do ano e aumento do volume de serviços

prestados pela Letshego Holding, associado à implementação de novos serviços e soluções (digitalização, cartões de débito).

Valores em MZN'000

Custos de estrutura	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Gastos com o Pessoal	229,249	233,228	-1.71%	(3,979)
Gastos gerais administrativos	402,389	477,495	-15.73%	(75,105)
Depreciações e amortizações	70,556	59,974	17.65%	10,583
Custos de estrutura	702,194	770,696	-8.89%	(68,502)
Produto bancário	2,005,730	2,164,125	-7.32%	(158,395)
Cost to Income	35.0%	35.6%	-1.69%	

Os Gastos com o Pessoal cifraram-se em MT 229 milhares em 2023, o que representa uma redução de 1.71% comparativamente ao ano anterior, em virtude da redução de pessoal.

Os Gastos Gerais Administrativos registaram, por sua vez, uma redução de 15.73%, derivada de iniciativas de racionalização de custos e descontinuação dos projectos de Agenciamentos Bancários e ComCom (Comércio Comunitário).

As Depreciações e Amortizações registaram um incremento de 17.65% como resultado do aumento de activos tangíveis, com a conclusão dos balcões da Karl Marx (Maputo), Chimoio, Beira e Nampula.

O Rácio de Eficiência (Cost To Income) em 2023 foi de 35.0% contra os 35.6% alcançados em 2022, devido ao efeito combinado da redução dos Proveitos totais em 7.32% e da Estrutura de Custos em 8.89%.

Gastos com Imparidades

Valores em MZN'000

Imparidades	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Imparidade de crédito	129,012	(230,599)	-155.95%	359,612
Outras imparidades e provisões	18,154	(43,494)	-141.74%	61,647
Imparidades	147,166	(274,093)	-153.69%	421,259
Produto Bancário	2,005,730	2,164,125	-7.32%	(158,395)
Perdas de Imparidade %	1.30%	2.28%	-42.84%	
Imparidade de crédito / Produto Bancário	7.34%	-12.67%	-157.93%	

Em 2023, a qualidade da carteira de crédito registou melhorias significativas decorrentes das campanhas de cobrança de prestações em mora e de reestruturação e reescalonamento das dívidas, culminando com o estorno de provisões, contrariamente ao ano anterior de 2022, que foi caracterizado pelo reforço de provisões no montante de MT 231 milhões, como consequência do (i.) aumento da carteira bruta de crédito, (ii.) reforço das imparidades resultante da actualização dos factores de risco do Modelo de Imparidade em uso no banco e (iii.) reforço das imparidades para algumas posições consideradas de alto risco como consequência da falta de cobrança e atraso resultantes da implementação da TSU.

A rubrica de Outras imparidades e provisões foi impactada pela reversão de provisões para gastos operacionais transitadas do ano anterior.

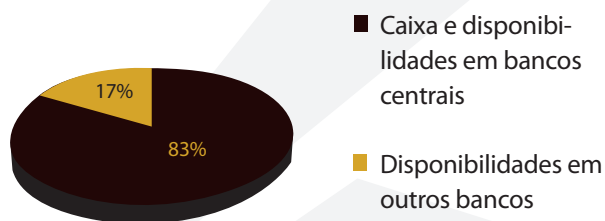


12. BALANÇO

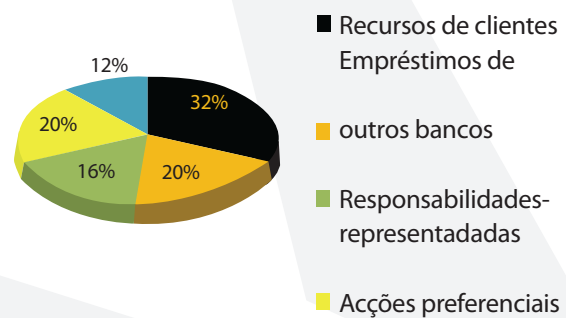
Valores em MZN'000

Estrutura do Balanço	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,739,629	662,208	162.70%	1,077,421
Disponibilidades em outros bancos	347,786	463,480	-24.96%	(115,694)
Activos financeiros	6,327	6,327	0.00%	-
Crédito a clientes	12,068,979	10,206,210	18.25%	1,862,769
Propriedades, Equipamentos e Activos de direito de uso	194,866	188,176	3.56%	6,691
Outros Activos	370,671	332,192	11.58%	38,479
Total do Activo	14,728,259	11,858,593	24.20%	2,869,665
Passivo				
Recursos de Clientes	2,732,473	2,837,030	-3.69%	(104,558)
Empréstimos de outros bancos	1,706,809	1,297,451	31.55%	409,358
Responsabilidades representadas por títulos	1,426,345	-	>100%	1,426,345
Acções preferenciais	1,716,612	1,503,386	14.18%	213,226
Intragrupo	1,019,352	694,796	46.71%	324,556
Outros Passivos	516,143	466,374	10.67%	49,769
Total do Passivo	9,117,732	6,799,037	34.10%	2,318,696
Capitais Próprios	5,610,526	5,059,557	10.89%	550,970
Total Passivo e Capitais Próprios	14,728,259	11,858,593	24.20%	2,869,665

DISPONIBILIDADES



PASSIVOS FINANCEIROS



Os Activos Total ascenderam a MT 14.728 milhões, 24.20% acima do ano anterior, influenciados principalmente pelo crescimento da carteira de crédito e das Disponibilidades (em caixa e em outros bancos, incluindo o banco central), em virtude do aumento da liquidez e de desembolsos de crédito efectuados em Dezembro.

Nos Passivos destacam-se, por sua vez, o aumento de Empréstimos de outros bancos e de Responsabili-

dades representadas por título, catapultados por novos financiamentos em OIC e emissão de obrigações corporativas, respectivamente. As dívidas Intragrupo registaram igualmente um aumento resultante dos dividendos declarados ao longo do ano e ainda por pagar e Acções Preferenciais, como resultado dos juros anuais. O aumento de 34.10% nos passivos permitiu não só que o banco continuasse a fornecer os seus serviços aos clientes a preços competitivos e acessíveis, mas igualmente a observância dos rá-

cios regulamentares de liquidez, pressionado pelo agravamento da taxa de reservas obrigatórias de 10.5% para 39.0%.

O Rácio de Liquidez, a 31 de Dezembro de 2023, era de 58.46%, confortavelmente acima dos 25% regulamentares.

Os Capitais Próprios atingiram 5.610 milhões, 10.89% acima do reportado no ano anterior, em virtude dos lucros do exercício, no montante de MT 966 milhões, não obstante a redução de MT 483 milhões de dividendos declarados. O banco registou um rácio de solvabilidade de 34.65%,

confortavelmente acima dos 12% regulamentares.

Créditos a Clientes

Não obstante as adversidades no ambiente macroeconómico, a carteira bruta cresceu em 15.77%, impulsionada principalmente pelas vendas efectuadas no segmento de dedução na fonte para os funcionários públicos clientes MSE (Micro e Pequenas Empresas). Por outro lado, é de assinalar o aumento da carteira líquida em 18.25%, em virtude dos reforços para o controlo das imparidades através de campanhas de reestruturação e reescalonamento das dívidas, bem como de cobrança de dívidas em mora.

Valores em MZN'000

Créditos a Clientes	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Crédito bruto a clientes	12,137,291	10,484,151	15.77%	1,653,140
Imparidades acumuladas	(68,312)	(277,941)	-75.42%	209,629
Recursos de Clientes	12,068,979	10,206,210	18.25%	1,862,769

Depósitos de Clientes

Os Recursos de Clientes registaram uma redução de 4.52%, comparativamente ao ano anterior, em virtude de se afigurar onerosa a manutenção destas fon-

tes de financiamento, com o agravamento das taxas de reservas obrigatórias ocorridas em 2023.

Valores em MZN'000

Recursos de Clientes	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
A ordem	519,522	461,389	12.60%	58,133
A prazo	2,212,950	2,375,641	-6.85%	(162,691)
Recursos de Clientes	2,732,473	2,837,030	-3.69%	(104,558)
Rácio de Transformação	4.44	3.70	20.20%	

O Rácio de Transformação, que estabelece a relação entre os créditos a clientes e os recursos dos clientes, continuou em 2023 acima de 100%, fundamentado pela estratégia de co-financiamento do crescimento dos activos (carteira de crédito) a partir de Depósitos

(cuja maturidade máxima é de 2 anos), Empréstimos de OIC, Empréstimos do Grupo e, recentemente, Obrigações Corporativas, procurando, desta forma, reduzir o gap entre as maturidades da aplicação e origem dos fundos.

Empréstimos de Outros Bancos

Valores em MZN'000

Empréstimos	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Bancos comerciais	1,706,809	1,297,451	31.55%	409,358
Obrigações Corporativas	1,426,345	-	-	(1,426,345)
Ações preferenciais	1,716,612	1,503,386	14.18%	213,226
Intragrupo	1,019,352	209,621	386.28%	809,731
Empréstimos	5,869,117	3,010,457	94.96%	2,858,660
Empréstimos / Capitais próprios	104.61%	59.50%	75.81%	

Os Empréstimos obtidos registaram um aumento significativo de 94.96%, com vista a financiar o crescimento da carteira de crédito e colmatar os riscos de liquidez, principalmente associados à alteração das reservas obrigatórias. Do aumento ocorrido, destaca-

-se a emissão de obrigações corporativas em Agosto de 2023 e incremento das facilidades obtidas em OIC. O crescimento da dívida subordinada deveu-se à declaração de dividendos ao longo do ano.

Capital Próprio e Solvabilidade

Os Capitais Próprios do banco totalizam MT 5.610 milhões, 10.89% acima comparativamente ao valor registado em 2022, foi essencialmente influenciado

pelos resultados líquidos do exercício corrente (MT 996 milhões) e adversamente pelos dividendos declarados ao longo do ano.

Valores em MZN'000

Capitais Próprios	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Δ % 23/ 22	Δ Absoluta
Capital social	1,700,000	1,700,000	0.00%	-
Prémio de emissão	524	524	0.00%	-
Reserva legal	1,104,087	887,695	24.38%	216,392
Reserva Pagamento baseado em ações	5,350	7,115	-24.80%	(1,765)
Resultados Acomulados	2,800,565	2,464,223	13.65%	336,342
Capitais Próprios	5,610,526	5,059,557	10.89%	550,970
Fundos Próprios	3,290,293	3,511,297	-6.29%	221,004
Activos ponderados ao Risco	11,399,423	9,451,815	20.61%	1,947,609
Core Tier I	40.48%	45.90%	-11.81%	
Core Tier II	5.78%	7.45%	-22.37%	
Rácio de Solvabilidade	34.65%	44.60%	-22.31%	

O Rácio de Solvabilidade manteve-se confortavelmente acima dos 12% regulamentares, cifrando-se em 34.5% e contabilizando uma redução em relação

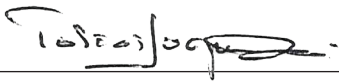
ao reportado no ano anterior (44.60%) em virtude do aumento dos Activos Ponderados ao Risco e redução dos Fundos Próprios de Base.

13. RESULTADOS E DIVIDENDOS

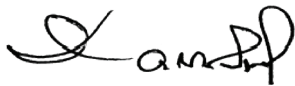
Durante o exercício, o Banco obteve um Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 996,337,855 meticais em 31 de Dezembro de 2023 (2022: 721,306,720 meticais). O Conselho de Administração propõe a distribuição do resultado líquido conforme se segue:

- 298,901,357 Meticais, correspondentes a 30% do RLE, para a constituição de Reservas Legais, conforme a legislação vigente; e
- 697,437,498 Meticais, correspondentes a 65% do RLE, para o pagamento de dividendos.

Os Administradores



Tobias J. Dai
Data: 27.03.2024



David Seie
Data: 27.03.2024



Chipiliro Katundu
Data: 27.03.2024



Carlos J. Nhamahango
Data: 27.03.2024



Kathryn Larcombe
Data: 27.03.2024

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., que compreendem o balanço a 31 de Dezembro de 2023, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os administradores são igualmente responsáveis pelo sistema de controlo relevante para a preparação e apresentação adequada e apropriada de de-

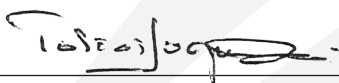
monstrações financeiras que se encontrem isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e por manter registos contabilísticos adequados e um sistema eficaz de gestão de risco.

Os administradores efectuaram uma avaliação da capacidade do Banco em manter-se a operar segundo o princípio da continuidade, não tendo identificado motivos para não acreditar que o Banco não continuará a operar neste pressuposto no futuro previsível.

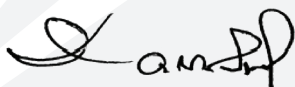
O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Letshego, S.A., devidamente identificadas no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de Março de 2024, e assinadas pelos mesmos.



Tobias J. Dai
Data: 27.03.2024



David Seie
Data: 27.03.2024



Chipiliro Katundu
Data: 27.03.2024



Carlos J. Nhamahango
Data: 27.03.2024



Kathryn Larcombe
Data: 27.03.2024

PARECER DO FISCAL ÚNICO



Maputo
Av. 24 de Julho N° 7, 8º Andar
Prédio (POLANA SHOPPING)
Tel: +258 82 31 25 660
Tel: +258 21 48 33 97
Email: bksc@nexia-bksc.co.mz
Web: www.nexia-bksc.co.mz

Matola
Av. União Africana N° 2083,
edifício do conselho Municipal
da Cidade da Matola, 3º Andar
Tel: +258 84 30 25 660
Web: www.nexia.com

Exmos Senhores Accionistas do BANCO LETSHEGO, S.A.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Em cumprimento das disposições estatutárias da instituição **BANCO LETSHEGO S.A.** (empresa) e das vigentes no Código Comercial nomeadamente o artigo 437, número 1, secção b) conjugado com a Lei 15/99, de 1 de Novembro, alterado pela lei 9/2004 de 21 de Julho, que regulam o funcionamento das instituições financeiras, o Fiscal Único analisou o processo de Contas, o relatório de gerência, bem como a proposta de aplicação de resultados, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2023 apresentados pelo Conselho de Administração e do relatório do auditor independente para o mesmo período para os quais ocorrem os seguintes comentários:

1) Perspectiva Económica

De acordo com dados do FMI (2023), o Produto Interno Bruto de Moçambique expandiu para cerca de 7% (superior aos 4.1% observados em 2022). O sector mais importante da economia moçambicana é o de serviços que representa cerca de 49% do PIB total, dos quais se destacam o comércio por atacado e a retalho, reparação de veículos automotores (12 %); educação (8%) e transporte (7 %). A indústria representa 27 %, sendo a mineração e a extração de pedreiras responsáveis por 11% por cento, pelo facto de o país possuir grandes depósitos de minerais (mármore, bentonita, carvão, ouro, bauxita, granito e gemas), sendo que o alumínio é mais importante dos produtos exportados.

O maior dinamismo da actividade económica resultou, por um lado, das medidas associadas ao alívio aos impactos da pandemia, que contribuíram no aumento da procura agregada e, por outro lado, na melhoria dos preços internacionais dos bens exportados (carvão, alumínio, energia, gás natural, areias pesadas) que favoreceram para o incremento da produção. O ritmo de crescimento económico continuará positivo em 2024, a uma média de 6%.

A inflação média caiu de 10.28% (2022) para 8.07% ao longo do ano de 2023. O Ministério da Economia e Finanças (MEF) reitera que o aperto na política monetária nacional tem contribuído para conter a inflação com a trajectória de um dígito no médio prazo, prevendo uma taxa de inflação média de 6.5 por cento em 2024. O Banco de

1

Audit • Accounting • Tax • Advisory

© 2015 Nexia International Limited. All rights reserved.
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services. Nexia International is the



Moçambique (BM) tem adoptado medidas de política monetária para controlar a inflação, levando a uma revisão em baixa das perspectivas de inflação para o médio prazo. O BM manteve a taxa de Juro de política monetária (MIMO) nos 17.25% durante o exercício económico de 2023 sustentada pela consideração dos riscos ascendentes e as incertezas relacionadas à inflação, embora se espere que desacelere para um dígito a médio prazo. Paralelamente, o BM fez uma revisão em baixa às suas projecções de crescimento, citando condições de financiamento globais mais restritivas e uma desaceleração esperada para no crescimento das economias dos principais parceiros comerciais.

2) Situação Financeira da empresa

O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras do **BANCO LETSHEGO, S.A.** que compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios, as Notas e o resumo de políticas contabilísticas para o exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2023. As actividades comerciais no exercício económico de 2023 revelaram um crescimento em relação ao ano anterior, onde se destacam os seguintes indicadores:

- As demonstrações de Resultados da empresa, apresentam um volume de negócios de MZN 3 129 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 9% em relação ao ano anterior (2022 com MZN 2 865 milhões). Os Juros e encargos financeiros, totalizam MZN 1 161 milhões, representando um aumento de 30% comparativamente ao ano anterior (2022 com MZN 893,7 milhões).
- A margem financeira após imparidades foi de MZN 2 097 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 20% comparativamente ao ano anterior com MZN 1 742 milhões, beneficiado sobretudo pela redução de perdas por imparidade de crédito para ordem de MZN 129 milhões (2022 com MZN 230 milhões negativos) como consequência da melhoria na carteira de crédito e das campanhas de re-estruturação e re-escalonamento das dívidas. O produto bancário decresceu 7% em 2023 (2,006 milhões contra MZN 2,134 milhões).
- Foi reportado um resultado líquido positivo de MZN 996 milhões o que representa um aumento de 38% em relação ao ano anterior (2022 com MZN 721 milhões);



- Foram reportados activos que totalizam MZN 14 728 milhões, o que representa um crescimento de cerca de 24% em relação ao ano anterior (MZN 11 858 milhões), dos quais MZN 12 068 milhões (82% dos activos) representam a carteira de crédito.
- O passivo totaliza MZN 9 117 milhões, representando 62% do activo total, o que gera um aumento de 34% em relação a 2022 (com MZN 6 799 milhões);
- A demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta um fluxo de caixa líquido derivado de actividades operacionais de MZN 167 milhões (uma redução de cerca de 59% em relação ao ano anterior com MZN 406 milhões), um fluxo de caixa derivado das actividades de investimento de MZN 35 milhões (alocados ao investimento em activos tangíveis), um fluxo de caixa positivo derivado das actividades de financiamento de MZN 1 272 milhões, influenciado pelos recebimentos de títulos de dívida subordinada e devoluções de empréstimos de outros bancos. A empresa encerrou o exercício económico do ano findo a 31 de Dezembro de 2023 com disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa de MZN 2.087 milhões, um aumento de 85% em relação ao ano anterior (2022: com MZN 1 125 milhões milhões);
- A Demonstração de Alterações de Capital Próprio apresenta Capitais Próprios Líquidos no montante de 5 610 milhões de MZN (62% dos activos totais), o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior (com MZN 5 059 milhões);
- Durante o ano, foram declarados dividendos, referentes aos resultados retidos dos anos anteriores, no montante de MZN 443 milhões, dos quais foram apenas pagos MZN 1,2 milhões.

A empresa está em conformidade com o índice de adequação de capital regulamentado pelo Banco Central. Para o ano financeiro findo a 31 de dezembro de 2023, o rácio de Liquidez, como um indicador prudencial, era de 58.46%, acima dos 25% regulamentares, bem como um rácio de solvabilidade de 34.65% acima dos 12% exigidos pela entidade reguladora.

3) Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco

Durante o ano findo, o Conselho Fiscal adoptou procedimentos necessários para verificação da adequação e eficiência do sistema de controlo interno e de gestão do risco e de *compliance*. Acompanhou também, com base na informação fornecida pela Administração, o desenvolvimento das actividades e negócios da empresa, o cumprimento de normas, leis e requisitos exigidos pelas entidades reguladoras, bem como o registo das transacções contabilísticas e financeiras. A Gerência forneceu a informação e esclarecimentos solicitados pelo Conselho Fiscal.



4) Análise do relatório do auditor Independente

O auditor independente analisou as demonstrações financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2023 que incluem a Demonstração da posição financeira, a Demonstração do Rendimento Integral e Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações nos Capitais Próprios e as notas das demonstrações financeiras que incluem um resumo de políticas contabilísticas significativas. O Auditor, como corolário da sua análise emitiu uma opinião não qualificada.

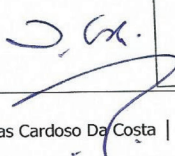
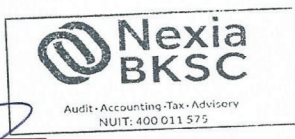
5) Parecer

Face à análise do relatório e contas do Conselho de Administração, e ressalvados os aspectos levantados pelo Auditor independente, o Fiscal Único é de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório e Contas relativos ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2023;
- A Assembleia Geral aprove a aplicação de resultados, nomeadamente 30% [298,901,357 MZN] dos lucros do exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, sejam destinados ao reforço da Reserva Legal, e os remanescentes 70% dos lucros do exercício, no montante de 697,437,498 MZN, sejam declarados e pagos dividendos aos accionistas.

Maputo, 2 de Abril de 2024

O Fiscal Único

Jeremias Cardoso Da Costa | Auditor Certificado | Licença Profissional No: 41/CA-OCAM/2012

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Ernst & Young – Sociedade de
Contabilistas e Auditores Certificados, Lda.
Rua Belmiro Obadias Muianga, N.º 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIT:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

BANCO LETSHEGO, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do BANCO LETSHEGO, S.A. (“o Banco”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as Notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.



Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- ▶ Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;



- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Representada por:



Eduardo Jorge Creto da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 01 de Abril de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Activo	Notas	2023 MZN	2022 MZN
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	1,739,628,602	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos	8	347,785,933	463,479,992
Activos financeiros	9	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	10	12,068,979,220	10,206,210,136
Activos por impostos diferidos	28.1	32,600,123	9,979,620
Activos por impostos correntes	28.3	-	26,170,475
Activos Tangíveis e Activos sob direito de uso	11	177,886,934	161,914,487
Activos intangíveis	12	16,979,433	26,261,042
Outros activos	13	338,070,820	296,041,973
Total do activo		14,728,258,530	11,858,593,263
Passivo e Capital próprio			
Passivo			
Depósitos de clientes	14	2,732,472,533	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos	15	1,706,808,757	1,297,450,847
Responsabilidades representadas por títulos	16	1,426,344,708	-
Passivos por impostos correntes	28.3	143,517,817	-
Provisões	16	5,606,292	44,748,672
Outros passivos	18	367,018,616	421,625,510
Acções preferenciais	19	1,716,611,887	1,503,385,586
Intragrupo	20	1,019,351,855	694,796,039
Total do passivo		9,117,732,465	6,799,036,709
Capital próprio			
Capital social	21	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	21	524,000	524,000
Reservas	22	1,109,437,333	894,810,029
Resultados transitados		1,804,226,867	1,742,915,795
Resultado líquido do exercício		996,337,855	721,306,720
Total do capital próprio		5,610,526,065	5,059,556,554
Total do passivo e do capital próprio		14,728,258,530	11,858,593,263

A Demonstração da Posição Financeira deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023 MZN	2022 MZN
Juros e rendimentos similares	22	3,129,702,519	2,865,986,261
Juros e encargos similares	22	(1,161,062,643)	(893,663,929)
Margem financeira		1,968,639,876	1,972,322,332
Rendimento de taxas e comissões	23	112,047,013	124,341,710
Gastos com taxas e comissões	23	(355,940,258)	(260,284,238)
Resultado de taxas e comissões		(243,893,245)	(135,942,528)
Resultados de reavaliação cambial		(1,431,679)	446,505
Outros resultados operacionais	24	282,414,883	327,298,864
Produto bancário		2,005,729,835	2,164,125,173
Gastos com pessoal	25	(229,248,670)	(233,227,737)
Gastos gerais administrativos	26	(402,389,316)	(477,494,796)
Depreciações e amortizações	11, 12	(70,556,490)	(59,973,944)
Resultados operacionais antes de imparidades e provisões		1,303,535,359	1,393,428,696
Imparidade de crédito	10.1	129,012,496	(230,599,243)
Outras imparidades e provisões	13.1	18,153,681	(43,493,748)
Resultados antes do imposto		1,450,701,536	1,119,335,705
Imposto sobre o rendimento	27	(454,363,681)	(398,028,985)
Resultado líquido do exercício		996,337,855	721,306,720
Outros rendimentos integrais		-	-
Rendimento integral do exercício		996,337,855	721,306,720

A Demonstração do Rendimento Integral deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva legal	Reserva de pagamentos baseados em acções	Resultados transitados	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Saldo em 1 de Janeiro de 2022	1,700,000,010	524,000	610,856,508	6,699,982	3,009,503,046	5,327,583,546
Resultado líquido do exercício	0	0	0	0	721,306,720	721,306,720
Transferência para reserva legal	0	0	276,838,788	0	(276,838,788)	(0)
Dividendos pagos (Nota 19.1)	0	0	0	0	(989,748,463)	(989,748,463)
Plano de incentivo de longo prazo	0	0	0	414,751	0	414,751
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	1,700,000,010	524,000	887,695,296	6,699,982	2,464,222,515	5,059,556,554
Resultado líquido do exercício	0	0	0	0	996,337,855	996,337,855
Transferência para reserva legal	0	0	216,392,016	0	(216,392,016)	0
Dividendos pagos (Nota 19.1)	0	0	0	0	(443,603,632)	(443,603,632)
Plano de incentivo de longo prazo	0	0	0	(1,349,961)	0	(1,349,961)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1,700,000,010	524,000	1,104,087,312	5,350,021	2,800,564,722	5,610,526,065

A Demonstração das Variações nos Capitais Próprios deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.



Maximize seus ganhos com nosso depósito a prazo.

letsgo.letshego.com

Para mais detalhes informe-se no balcão mais próximo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Notas	2023 MZN	2022 MZN
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
<u>Pagamentos</u>			
Aplicações em Bancos		(355,940,340)	(260,284,285)
Comissões e outras Taxas		(2,036,773,917)	(1,000,577,105)
Crédito a clientes		(644,982,298)	(844,318,569)
Depósitos de clientes		(66,296,007)	(52,946,717)
Direito de Uso de Activos	11.1	(691,675,982)	(772,804,914)
Empregados e Fornecedores	26-27	(301,555,528)	(598,181,899)
Estado	28	(18,860,413)	(486,295,174)
Intragrupo		(26,168,289)	(100,601,091)
Seguradoras		(301,813,730)	(286,800,806)
Outros		-	-
<u>Recebimentos</u>			
Aplicações em Bancos		66,331,778	65,989,888
Comissões e outras Taxas		80,981,241	85,680,155
Crédito a clientes		3,352,646,103	3,078,717,946
Depósitos de clientes		68,440,333	271,144,978
Direito de Uso de Activos		-	-
Empregados e Fornecedores	26-27	64,673,583	33,265,186
Estado	28	-	-
Intragrupo		121,553,461	377,352,766
Seguradoras		225,842,063	286,840,609
Outros		630,973,759	610,435,023
Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais		167,375,816	406,615,991
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos</u>			
Activos tangíveis	11	(35,723,257)	(39,161,852)
Activos Intangíveis	12	-	(253,041)
<u>Recebimentos</u>			
Activos tangíveis		-	-
Activos Intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento		(35,723,257)	(39,414,893)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Pagamentos</u>			
Dívida subordinada		(118,626,086)	-
Empréstimos de outros bancos		(954,275,993)	(576,623,117)
Acções preferenciais		-	-
Dividendos	21	(1,153,237)	(505,280,583)
<u>Recebimentos</u>			
Dívida subordinada	17	1,315,400,000	-
Empréstimos de outros bancos	15	1,031,179,624	603,489,817
Obrigações Coporativas		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		1,272,524,308	(478,413,883)
Caixa e equivalentes de caixa		-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		961,726,000	(111,211,000)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1,125,688,065	1,236,900,850
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano		2,087,414,534	1,125,688,065
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	1,739,628,602	671,577,294
Disponibilidades em outros bancos	8	347,785,932	454,110,771

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deverá ser lida em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. O BANCO

O Banco Letshego, S.A. (doravante designado por 'Letshego Moçambique' ou simplesmente Banco) tem a sua sede em Moçambique, no edifício Okapi Piazza, Avenida Albert Lithuli, nº 15, 6.º andar, Maputo. O Banco está envolvido na concessão de empréstimos de curto e médio prazos sem garantias a empregados do sector público e sector privado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Conformidade com as Normas Internacionais de Relativo Financeiro (IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e numa base de custos históricos, salvo se forem especificamente indicadas nas políticas contabilísticas.

b) Continuidade de operações

As demonstrações financeiras foram preparadas na base de continuidade de operações e foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 27 de Março de 2024.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações finan-

ceiras do Banco são mensurados na moeda do ambiente económico principal em que o Banco opera, designada por moeda funcional. As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais (MZN), que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Letshego.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige que o Conselho de Administração faça julgamentos, estimativas e crie pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores reportados dos activos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e em vários outros factores considerados razoáveis nas circunstâncias, cujos resultados constituem a base para efectuar julgamentos acerca dos valores contabilísticos de activos e passivos, que não seriam evidentes a partir de outras fontes. Os resultados reais poderão divergir dessas estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afectar apenas esse período, ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afectar os períodos actuais e futuros. As informações acerca de estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas estão descritas na Nota 5 das demonstrações financeiras.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Meticais de Moçambique (MZN) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de relato são convertidos para MZN à taxa de câmbio aplicável para a liquidação nessa data. O ganho ou perda

em moeda estrangeira nos itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do período, ajustado pelos juros efectivos e pagamentos durante o período, e o custo amortizado na moeda estrangeira convertido de câmbio taxa no final do período. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, que se encontram ao custo histórico, são convertidos para MZN à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeira que são mensurados ao justo valor são convertidos para MZN às taxas de câmbio em vigor nas datas em que os justos valores foram apurados. As diferenças cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas em ganhos e perdas.

Abaixo as taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras em relação ao Metical, a 31 de Dezembro de 2023:

Moeda	Países	Compra	Venda
USD	Estados Unidos da América	63.27	63.90
EUR	União Europeia	69.95	70.65
BWP	Botsuana	4.73	4.78
ZAR	África da Sul	3.44	3.47



Let'sGo

Activa LetsGo no seu celular

letsgo.letshego.com

Para mais detalhes informe-se no balcão mais próximo

b) Rendimentos e encargos de juros

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares são reconhecidos em resultados através do método da taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do activo financeiro ou passivo financeiro, ou, quando apropriado, durante um período mais curto, para a quantia registada do activo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas sem considerar as perdas futuras de crédito esperadas.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui os custos da transacção e os honorários pagos ou recebidos, que constituem, assim, uma parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da transacção incluem os custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

Os juros e rendimentos similares e os juros e encargos similares apresentados na demonstração do rendimento integral incluem os juros de activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e são calculados com base na taxa de juro efectiva.

Os rendimentos com juros de depósitos são reconhecidos numa base de acréscimo de acordo com a taxa de juro acordada com a respectiva instituição financeira.

c) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros mais significativos do Banco são os seguintes:

Saldo com outros bancos e crédito a clientes

Valores devidos por bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes incluem activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado activo, e de-

vem ser mensurados pelo custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objectivo de manter os activos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do principal em aberto (SPPI).

Instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco classifica o instrumento financeiro ao justo valor quando as seguintes condições são simultaneamente atendidas:

- O instrumento é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objectivo é alcançado tanto pela recepção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de activos financeiros; e
- Os termos contratuais do activo financeiro atendem ao teste SPPI.

Os instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são subsequentemente mensurados ao justo valor, com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidas na demonstração do rendimento integral. A receita de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado da mesma forma que os activos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Outras contas a receber

As contas a receber incluem os depósitos e outros valores a receber que decorrem da actividade corrente. São inicialmente mensurados ao justo valor, acrescidos dos custos directos incrementais da transacção, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efectiva menos perdas por imparidade.

Caixa e equivalentes de caixa

Para o propósito da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e equivalentes de caixa inclui o dinheiro em caixa e os depósitos à ordem em instituições financeiras. Os descobertos bancários que são reembolsáveis a pedido e fazem parte integrante da gestão de caixa do Banco são incluídos em caixa e equivalentes de caixa. Os montantes em caixa e equivalentes de caixa são registados no balanço, ao custo amortizado e a sua maturidade é inferior a 3 meses.

Activos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por resultados

Os activos financeiros nesta categoria são aqueles que não são mantidos para negociação e foram designados pela administração no reconhecimento inicial ou são obrigatoriamente avaliados pelo justo valor de acordo com o IFRS 9.

Princípios da mensuração do justo valor

O Banco avalia os instrumentos financeiros pelo justo valor em cada data de relato. O justo valor é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir uma responsabilidade numa transacção ordenada entre os participantes do mercado na data de determinação. A determinação do justo valor baseia-se na presunção de que a transacção para vender o activo ou transferir o passivo ocorre:

- No mercado principal do activo ou passivo, ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o activo ou responsabilidade.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Banco.

O justo valor de um activo ou de uma responsabilidade é medido utilizando os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam ao fixar o activo ou a responsabilidade, assumindo que os partici-

pantes no mercado actuam no seu melhor interesse económico.

Para activos e passivos cujos justos valores sejam medidos numa base recorrente, o Banco determina se as transferências ocorreram entre os Níveis da hierarquia de justo valor, através da reavaliação da categorização (com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a medição do justo valor no seu conjunto) no final de cada período de relato.

Passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o banco. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos de outros bancos e depósitos de clientes, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização efectiva dos juros é incluída como custos financeiros em lucros e perdas.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos, os depósitos de clientes, as garantias em numerário e os fornecedores e outras dívidas a pagar.

Empréstimos de outros bancos e Responsabilidade representadas por títulos

Os empréstimos, depósitos de clientes e as responsabilidades representadas por títulos são as fontes de financiamento do Banco, são inicialmente mensurados ao justo valor, deduzidos dos custos directos incrementais da transacção e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Outras contas a pagar

As obrigações relativas a outros valores a pagar

que costumam ser liquidados entre 30 e 90 dias são mensurados ao custo porque se entende que este é o justo valor da contraprestação que irá ser paga pelo Banco pelos bens e serviços recebidos facturados ou não facturados.

Garantias em numerário

As garantias em numerário consistem em numerário recebido como garantia para adiantamentos a clientes e são retidas até que o empréstimo ao cliente seja totalmente liquidado altura em que o saldo é reembolsado ao cliente. A garantia em dinheiro só é imputada a um saldo de empréstimo quando este saldo é considerado irrecuperável.

Reconhecimento

O Banco reconhece os activos e passivos financeiros na data em que são originados ou na data em que ocorre a negociação e o Banco se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O Banco desreconhece um activo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo, quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o activo financeiro são transferidos, através de uma transacção em que se transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade financeira, ou quando o banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controlo do activo financeiro. Qualquer participação nos activos financeiros transferidos que seja criada ou retida pelo Banco é reconhecida como um activo ou passivo separado.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencem.

O Banco efectua transacções em que transfere activos reconhecidos no balanço, mas retém todos os

riscos ou benefícios dos activos transferidos, ou de uma parte deles. Se todos, ou substancialmente todos, os riscos e benefícios forem retidos os activos transferidos não serão desreconhecidos do balanço.

Nas transacções em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro, o activo é desreconhecido quando se perde o controlo sobre o activo.

Nas transferências em que o controlo sobre o activo é retido, o Banco continua a reconhecer o activo, na medida do seu envolvimento continuado, que é determinado pela extensão da exposição a alterações no valor do activo transferido

Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira se, e somente, se houver um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e se houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração de custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos as respectivas amortizações, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa de juro efectiva de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor recuperável na maturidade, menos qualquer redução por imparidade.

Mensuração do justo valor

A determinação do justo valor de activos e passivos financeiros é baseada em preços de mercado cotados ou nas cotações de preços de revenda de instrumentos financeiros negociados em mercados activos. Para todos os outros instrumentos financeiros

ros, o justo valor é determinado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de determinação do valor actual líquido, fluxos de caixa descontados e comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis de mercado e modelos de avaliação. O Banco usa modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros comuns e mais simples, como *swaps* de taxa de juro. Para estes instrumentos financeiros, os dados inseridos nos modelos são observáveis no mercado.

Quando se inicia a transacção, o instrumento financeiro é reconhecido pelo justo valor. A melhor evidência do justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento é normalmente o preço da transacção, por se entender ser o justo valor da contrapartida dada ou recebida. O valor obtido através do modelo de avaliação pode diferir do preço da transacção e esta diferença inicial, geralmente um aumento no justo valor indicado pelas técnicas de avaliação, é reconhecida em resultados dependendo dos factos e circunstâncias individuais de cada transacção e nunca depois de os dados de mercado se tornarem observáveis.

O valor apurado por um modelo ou outra técnica de avaliação é ajustado em função de factores diversos, adequados às circunstâncias, porque as técnicas de avaliação não reflectem adequadamente todos os elementos que os participantes do mercado levam em consideração numa transacção. Tais factores, podem ser incorporados para reflectir determinados riscos, tais como *spreads bid-ask*, riscos de liquidez e outros. A administração acredita que estes ajustamentos de avaliação são necessários e apropriados para instrumentos financeiros contabilizados pelo justo valor.

Identificação e mensuração de imparidade

As imparidades nos termos da IFRS 9 são determinadas com base num modelo de Perda de Crédito

Esperada (ECL), em oposição a um modelo de perda incorrida utilizado na IAS 39.

O modelo ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outros rendimentos integrais (FVOCI), recebíveis de locação e determinados compromissos de empréstimo, bem como contratos de garantia financeira.

De acordo com a IFRS 9, as “perdas de crédito esperadas” são mensuradas em qualquer uma das seguintes bases:

- ECLs de 12 meses: representam o montante das perdas de crédito esperadas que resultem de eventos de incumprimento esperados durante o período de 12 meses após a data de relato.
- ECLs lifetime: são ECL resultantes de todos os possíveis eventos de *default* durante a vida esperada de um instrumento financeiro.

O Banco reconhece uma provisão para ECLs *lifetime* se houver um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR incluem qualquer um dos seguintes:

- 30 dias em atraso;
- Comportamento histórico de incumprimento no período de 1 a 30 dias (Stage 1);
- Atrasos técnicos operacionais com prova de que o atraso subsiste após a correcção do erro técnico/ operacional; ou
- Mudanças adversas significativas nas condições comerciais, financeiras e/ou económicas em que o cliente opera.

Mensuração das ECL

A mensuração das ECL reflecte um resultado ponderado pela probabilidade, valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco. Este resultado considera a possibilidade de ocorrer uma, ou não ocorrer nenhuma,

perda de crédito, mesmo se a possibilidade da tal ocorrência for baixa. As perdas de crédito são medidas com base no valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa que são devidos nos termos do contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber). As ECL são descontadas à taxa de juro efectiva do activo financeiro.

A avaliação da ECL de um activo financeiro ou carteira de activos financeiros implica estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e de correlações de incumprimento entre as contrapartes. O Banco apura a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição aquando do incumprimento (EAD) e a perda pelo incumprimento (LGD). Estas três componentes são consideradas juntas e ajustadas em função da probabilidade do incumprimento.

O cálculo da ECL incorpora informações prospectivas. O Banco realizou análises históricas e identificou as principais variáveis económicas que têm impacto no risco de crédito e na ECL para cada carteira ao nível subsidiário. Essas variáveis económicas e o respectivo impacto no PD, EAD e LGD não variam por instrumento financeiro.

d) Locações

Banco como locatário

O Banco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as locações, excepto para locações de curto prazo e locações de activos de baixo valor. O Banco reconhece passivos de locações para efectuar pagamentos de locações e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

Activo de direito de uso

O Banco reconhece activos de direito de uso à data de início da locação (ou seja, à data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de

direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por imparidade, e ajustados para qualquer remensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui o valor dos passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos da locação efectuados antes ou antes da data de início, deduzidos os incentivos recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método de quotas constantes pelo menor prazo do contrato de arrendamento e pela vida útil estimada dos bens, como segue: Imóveis, 2 a 5 anos.

Passivo de locação

Na data de início da locação, o Banco reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos da locação a serem efectuados pelo prazo da locação. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos substanciais) menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis de locações que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locações também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Banco e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se os termos da locação reflectiram que Banco exerce a opção de rescisão.

Os pagamentos variáveis das locações que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir inventários) no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, o Banco utiliza a sua taxa de juro incremental na data de início da locação, porque a taxa de juros implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de locação é aumentado para reflectir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efectuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos de locação é remensurado se houver uma modifica-

ção, uma alteração no prazo da locação, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente.

Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de utilização de activos por locação financeira de locações de curto prazo (ou seja, aquelas locações que têm um prazo de 12 meses ou menos a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de activos de baixo valor a locações de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados a estas locações como um gasto numa base de linha recta durante o prazo da locação.

e) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido que é reconhecido em resultados, com excepção dos valores que são reconhecidos directamente em outros rendimentos integrais.

Imposto corrente

O imposto corrente compreende o imposto esperado (a pagar ou a receber) sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, e qualquer ajustamento ao imposto a pagar ou a receber respeitante a anos anteriores, mensurado com base nas taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço. O imposto corrente também inclui o imposto que resulte de dividendos pagos aos accionistas.

A despesa com impostos sobre o rendimento compreende os impostos correntes e diferidos. É reconhecida no resultado, excepto para itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para efeitos de relato financeiro e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias no reconhecimento inicial do activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e que não afecte nem a contabilidade nem o lucro tributável.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis, até ao ponto em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para serem utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos à data de cada balanço e reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal seja realizado.

O imposto diferido é mensurado com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas na data de balanço.

A mensuração do imposto diferido reflecte as consequências fiscais que resultam da forma como o Banco espera, à data de balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os impostos adicionais que decorram da distribuição de dividendos pelo Banco são reconhecidos no momento em que a responsabilidade de pagamento associada é reconhecida. Estes montantes são geralmente reconhecidos em resultados uma vez que estão geralmente relacionados com rendimento decorrente de transacções que originalmente foram reconhecidas em resultados.

Exposições fiscais

Ao determinar o montante do imposto corrente e diferido, o Banco considera o impacto das exposições fiscais, incluindo os impostos adicionais e os juros que possam ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A disponibilidade de nova informação pode originar a alteração do julgamento feito pelo Banco sobre a adequação dos passivos fiscais existentes e, por consequência, eventuais mudanças nas obrigações fiscais podem ter impacto nos custos fiscais do período em que tal avaliação seja feita.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados ao custo, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui as despesas directamente atribuíveis à aquisição de um activo.

Se as partes significativas de um activo tangível tiverem diferentes vidas úteis, esses itens são contabilizados como um item separado.

Os custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que os benefícios económicos futuros dos gastos fluam para a entidade. Os encargos com obras e manutenção são registados em custos, quando incorridos.

As melhorias em edifícios arrendados são amortizadas ao longo do prazo do contrato de arrendamento e referem-se às melhorias que são feitas em propriedades arrendadas.

A depreciação é calculada através da amortização do custo deduzido dos valores residuais estimados, utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada do bem, e é geralmente reconhecido em resultados. As vidas úteis estimadas dos activos tangíveis mais expressivos significativos são as seguintes:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Computadores	3 anos	33.33%
Mobiliário de escritório	4 anos	25.00%
Equipamento de escritório	5 anos	20.00%
Melhorias em edifícios arrendados	3 anos	33.33%
Veículos	4 anos	25.00%

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos à data de cada balanço e ajustados se apropriado. Quando o valor contabilístico de um activo é superior ao seu valor recuperável estimado, é registada uma perda por imparidade. Os ganhos e perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação entre o recebimento da venda e o valor contabilístico e são reconhecidos líquidos de outros rendimentos na demonstração do rendimento integral.

Investimentos em curso

Os investimentos em curso compreendem:

- Custos incorridos no desenvolvimento em curso do sistema, mais concretamente do módulo personalizado relativo aos empréstimos e ao relato financeiro do Grupo. Os custos associados a esse processo de desenvolvimento são reconhecidos como trabalhos em curso até o momento em que os sistemas estão disponíveis para uso; nesse

momento, o respectivo elemento será transferido para a categoria apropriada de activo tangível e/ou intangível e depreciado pela respectiva vida.

- Custos incorridos na aquisição e desenvolvimento do activo até que esteja disponível para uso; nesse momento, o respectivo activo será transferido para uma categoria apropriada e depreciado durante a vida útil estimada.

g) Activos intangíveis

O *software* adquirido pelo Banco é contabilizado ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos com *software* desenvolvido internamente são reconhecidos como um activo quando o Banco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o *software* em moldes que gerem benefícios económicos futuros e quando pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento.

Os custos capitalizados relativos ao *software* de-

envolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do *software*, incluindo os custos de empréstimos que tenham sido capitalizados, e são amortizados durante a respectiva vida útil. O *software* desenvolvido internamente é mensurado ao custo, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Os custos subsequentes relativos ao *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico a que se referem.

Todas as outras despesas são registadas quando incorridas. O *software* é amortizado com base no método das quotas constantes, através de resultados, durante a vida útil estimada e a partir da data em que está disponível para uso, por ser esta a que melhor reflecte o padrão esperado do consumo dos benefícios económicos incorporados. A vida útil estimada do *software* não ultrapassa dez anos.

Os métodos de amortização, vida útil e os valores residuais são reavaliados no final de cada exercício financeiro e ajustados, se necessário.

	Vida útil	Taxa de depreciação
<i>Software</i>	10 anos	10%

h) Imparidade de activos não-financeiros

À data de cada balanço, o Banco revê as quantias registadas dos seus activos não financeiros para determinar se existe evidência objectiva de imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado e é reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor de uso e o justo valor do activo menos os custos com a venda futura. Ao avaliar o valor de uso, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados

ao valor actual, usando uma taxa de desconto antes de impostos que é reflectida nas avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e nos riscos específicos para os activos.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Uma perda por imparidade de um activo que não seja a *goodwill* é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada, líquida de depreciação ou amortização, que teria sido determinado caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado e seja muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir tal obrigação.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro é material, o Banco determina o nível de provisão descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as taxas actuais específicas do passivo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de resultados líquida de qualquer reembolso de outras despesas operacionais.

j) Gastos com benefícios dos empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-reforma em que o Banco paga contribuições fixas a uma entidade separada e não tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. As obrigações por contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas em resultados, como um gasto, quando são devidas a título de serviços prestados antes do final do período de reporte. O Banco contribui para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), em conformidade com os requisitos legais.

Dias de férias

Os direitos dos funcionários que respeitam a férias anuais são reconhecidos quando acumulados pelos funcionários, mediante um acréscimo da estimativa relativa às férias anuais por serviços que tenham sido prestados até à data de relato.

Incentivos e bónus

O Banco também tem implementado um esquema de

incentivo e bónus aos funcionários em que o acréscimo se baseia numa política pré-determinada. O acréscimo de incentivo e bónus a funcionários deve ser liquidado no prazo de doze meses.

Pagamentos baseados em acções

O Banco tem um plano de incentivos de longo prazo (LTIP) que é liquidado através de acções. Os prémios de acções são concedidos a membros da Administração e ao pessoal-chave, e o número de acções atribuídas depende do alcance de determinadas metas não comerciais. O justo valor das acções à data da sua atribuição é reconhecido como um custo com o pessoal, por contrapartida de um aumento no capital próprio, durante o período em que os funcionários são titulares condicionais das acções. O valor reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número efectivo de acções atribuídas na data da sua atribuição.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios a curto prazo a funcionários são contabilizados como custo quando o serviço associado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor que se espera pagar se o Banco tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

k) Gastos administrativos associados à dedução na fonte das prestações de créditos

Por força dos Memorandos de Entendimento entre o Banco Letshego e os Empregadores, estes cobram custos administrativos relacionados com os descontos efectuados nos salários dos clientes de crédito. Estes custos são reconhecidos como gastos administrativos.

l) Dividendos pagos

Os dividendos das acções ordinárias são reconhecidos no capital próprio, no período em que são aprovados pelos accionistas do Banco. Os dividendos declarados após a data de relato não são reco-

reconhecidos como um passivo no Balanço.

m) Taxas e comissões

O Banco auferir proveitos de taxas e comissões de clientes e transacções relacionadas com empréstimos. Quando as taxas e comissões fizerem parte integrante dos juros efectivos de um activo ou passivo financeiro, elas são incluídas e mensuradas com base na taxa de juros efectiva. As taxas e comissões que se referem à transacções e serviços onde a obrigação de desempenho é satisfeita durante um período de tempo, são reconhecidas ao longo desse período, à medida que o serviço é prestado.

A receita relacionada às transacções é reconhecida no momento em que a transacção ocorre. As taxas e comissões iniciais não reembolsáveis são reconhecidas como receita durante o período em que se espera que o cliente continue recebendo o serviço ou utilizando a instalação.

n) Passivos contingentes

O Banco divulga um passivo contingente quando identifica uma obrigação resultante de eventos passados cuja existência apenas será confirmada através da ocorrência de um ou mais eventos incertos que o Banco não controla na totalidade e quando não é provável que ocorra uma saída de recursos do Banco para liquidar a obrigação e o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente fiabilidade.

o) Acções preferenciais

As acções preferenciais que sejam remíveis em data específica ou por opção do accionista, ou que tenham obrigações de dividendos não discricionários, devem ser classificadas como passivo. Os dividendos dessas acções preferenciais são levados à demonstração do resultado como despesa de juros.

As acções preferenciais não remíveis com dividendos discricionários devem ser classificadas como

Capital Próprio.

p) Partes relacionadas

Partes relacionadas compreendem directores e pessoal-chave da administração da Companhia e empresas com propriedade comum e / ou conselheiros.

4. NORMAS ADOPTADAS OU AINDA NÃO ADOPTADAS

a) Normas emitidas mas ainda não efectivas – efectivas a 1 de Janeiro de 2024

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Passivos não circulantes com *covenants* (emitida em 31 de Outubro de 2022);

Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (emitida em 15 de Julho de 2020).

Alterações à IFRS 16 Locações: Passivo de locação na venda e relocação (emitida em 22 de Setembro de 2022)

Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros Divulgações: Acordos de financiamentos de fornecedores (emitida em 25 de Maio de 2023)

b) Normas emitidas efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2023

IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contabilísticas (emitida em 12 de Fevereiro de 2021)

Propõe a alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreen-

der outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.

IAS 8 - Divulgação de estimativas contabilísticas (emitida em 12 de Fevereiro de 2021)

Prevê a introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar os objectivos de uma política contabilística.

IAS 12 - Imposto diferido relacionado com os activos e passivos associados a uma única transacção (emitida em 7 de Maio de 2021)

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transacções específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transacções sujeitas referem-se ao registo de: i) activos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do activo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial, não relevem para efeitos fiscais. Assim, estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

IFRS 17 – Contractos de Seguros (emitida em 18

de Maio de 2017)

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros directos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adoptadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspectos contabilísticos relevantes. A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023, com valores comparativos exigidos.

A adopção dos normativos acima indicados não produziu impactos significativos na situação patrimonial do Banco.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS DA GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão formulou julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, ganhos e perdas reportados. Os resultados efectivos poderão divergir destas estimativas. Os pressupostos em que as estimativas assentam são objecto de análise contínua e os resultados da revisão das estimativas contabilísticas são reconhecidos prospectivamente. A informação respeitante às estimativas e às principais áreas de incerteza na aplicação de políticas contabilísticas com impacto significativo nas demonstrações financeiras é descrita nos pontos seguintes:

a) Estimativas e julgamentos significativos

As áreas que envolvem estimativas significativas são:

- Outros activos tangíveis e activos intangíveis (Notas 11 e 12), respectivamente – estimativa de vidas úteis e valores residuais;
- Impostos correntes (Nota 26) – estimativa de activos e passivos por impostos correntes;
- Impostos diferidos (Nota 26.1);
- Imparidade de crédito a clientes (Nota 10) – ver 5.a).i).

Apesar destas estimativas se basearem na melhor avaliação e conhecimento da gestão sobre a envolvente actual, podem divergir dos valores efectivamente verificados.

As estimativas são alvo de uma avaliação contínua e são baseadas em conhecimento histórico acumulado e outros factores, incluindo a expectativa face a eventos futuros que se espera que sejam razoáveis nas circunstâncias actuais.

O Banco revê regularmente a sua carteira de crédito e efectua julgamentos ao determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida tendo em conta informação observável que possa ter impacto nos fluxos de caixa futuros. A metodologia e pressupostos utilizados para estimar os montantes e calendarização de fluxos de caixa futuros é revista regularmente de forma a reduzir o risco de existirem diferenças entre as estimativas de perda e as perdas reais.

b) Imparidade de créditos a clientes

O Banco revê periodicamente a sua carteira de crédito (Nota 10) e faz julgamentos para determinar se deve ser reconhecida uma perda por imparidade relativamente a dados observáveis que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar o valor e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistas regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda.

As principais variáveis no processo de modelo que exigem um julgamento significativo do Conselho de Administração incluem:

- Probabilidade de incumprimento (“Probability of Default” - PD);
- Perda dado o incumprimento (“Loss Given Default” - LGD);
- Se o evento de perda, isto é, o momento do registo da imparidade, foi identificado atempadamente; e
- O período de emergência entre a ocorrência do evento e o reconhecimento da perda que decorre do evento de perda.

Resume-se, a seguir, a análise de sensibilidade sobre as perdas por imparidade em 31 de Dezembro de 2023 num cenário de alteração nas LGD e PD:

Stage	Provisão para imparidade existente MZN	Impacto de mudanças na LGD		Impacto de mudanças na PD	
		(+) 5%	(-) 5%	(+) 5%	(-) 5%
		MZN	MZN	MZN	MZN
Stage 1: Perdas de crédito esperadas há 12 meses	12,636,419	26,636,978	(242,368)	30,086,908	(3,692,299)
Stage 2: Perdas de crédito esperadas “lifetime” (Sem incumprimento)	8,472,804	17,860,273	(162,510)	10,210,636	7,487,127
Stage 3: Perdas de crédito esperadas “lifetime” (Em incumprimento)	47,203,042	100,287,334	(912,509)	52,171,783	47,203,042
Total	68,312,265	144,784,585	(1,317,387)	92,469,328	50,997,870

Portanto, com base no acima exposto, um aumento na LGD ou PD teria um impacto adverso nos lucros do Banco.

Perdas de crédito esperadas: Teste de Stress e Análise de Sensibilidade

Como um negócio predominantemente de retenção na fonte pelo Governo para funcionários públicos, o Banco Letshego conseguiu manter-se resiliente, perante as condições económicas globais desafiadoras. A economia de Moçambique está a recuperar gradualmente dos efeitos da pandemia de Covid-19 e da guerra Rússia-Ucrânia, reflectindo uma tendência crescente do PIB de 2021 a 2023, prevendo-se uma pequena queda em 2024. Prevê-se igualmente que a inflação continue com tendência decrescente e a taxa de emprego mantenha-se estável.

As recalibrações de modelos foram realizadas em 2023 em dois pontos, em Abril e Outubro de cada ano. Além disso, os factores macroeconómicos são actualizados mensalmente para alinhar às previsões revistas da Fitch Solutions.

Perda dado o incumprimento (LGD)

O modelo LGD utiliza o Triangle Method que permite uma análise granular dos padrões de perda ao longo do tempo. Isto deu uma indicação da sensibilidade das nossas LGD sob pressão económica. O Banco fica assim confortável em definir os choques LGD para o cenário positivo e para o cenário negativo a 10%, por prudência.

Probabilidade de incumprimento (PD)

As DP são modeladas usando o método de taxa de rolagem, que mede a migração de saldos de um status de inadimplência para outro ao longo do tempo. Isso daria a cada conta um PD de grupo. Ao criar choques para esses PD, um multiplicador escalar prospectivo é aplicado a cada grupo.

Análise Macroeconómica

A carteira sujeita à retenção na fonte pelo Governo é a maior carteira e constitui mais de 99% da carteira total de empréstimos. Em geral, o ambiente macroeconómico encontrava-se em desaceleração devido às pressões macroeconómicas. Não obstante, os governos encontravam-se relutantes em aplicar medidas de retracção económica, reflectindo-se numa mitigação do impacto negativo na população.

A taxa de inflação reduziu em 2023 para 5.30% (2022: 10.29%), perspectivando que continue a reduzir em 2024.

Embora se preveja que o crescimento do PIB diminua em 2024, após uma tendência crescente de 2021 a 2023, o crescimento em 2024 ainda deverá ser maior do que os anos anteriores a 2023. O Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 4.70%.

Depois de ver uma ligeira redução na taxa de desemprego de 2022 para 2023, a taxa de 2024 deve voltar ao nível de 2022.

Influência económica na estimativa de ECL

Um *scorecard* comportamental é usado para incorporar variáveis macroeconómicas prospectivas (*forward looking*) nas PDs *lifetime*. É calculada uma pontuação ponderada com base nas perspectivas das condições económicas de cada país, sendo a mesma actualizada sempre que exista alguma mudança com impacto na mesma. Essas pontuações ponderadas são utilizadas para converter PD de 12 meses em PD *lifetime* para contas no Stage 2 (PD do Stage 3 é padrão em 100%).

Uma análise de regressão macro-induzida é usada para modelar um LGD Macro-induzido (MI) para

contas no Stage 2 e 3. Isso envolve a identificação de como as condições económicas influenciam as taxas de recuperação e a aplicação disso às perspectivas económicas previstas.

ECL: Abordagem "Forward Looking"

Factores macroeconómicos prospectivos (forward looking) foram todos revistos em baixa, nomeadamente para o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Inflação, Produto Interno Bruto (PIB) e taxa de de-

semprego em linha com as perspectivas revistas da Fitch para o período que termina em 31 de Dezembro de 2023.

O ECL ponderado pela probabilidade é derivado atribuindo pesos aos cenários-base, positivo e negativo com base nas projecções da gestão. As ponderações utilizadas são 50%, 20% e 30% respectivamente para a carteira de retenções na fonte pelo Governo com baixo risco de crédito.

O impacto total ponderado de MZN 7.8 milhões para Moçambique com base em cenários de desvantagem:

País	Base para ECL MZN	Ponderação da probabilidade MZN	Impacto
Moçambique	68,312,265	76,142,836	7,830,571
Total	68,312,265	76,142,836	7,830,571

O Banco, portanto, estima um impacto no modelo de ECL adicional de MZN 7.8 milhões de meticais em Dezembro de 2023, caso o Grupo não tivesse qualquer mitigação em vigor. As divulgações adicionais da ECL podem ser lidas na nota 6 d) crédito risco.

6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Contextualização

O Banco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de gestão de capital

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos acima identificados e os seus objectivos, políticas e processos para a mensuração e gestão de cada risco.

a) Estrutura de gestão de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco do Banco.

O Conselho de Administração da Letshego Africa Holdings Limited (a empresa-mãe) constituiu o Comité de Auditoria e de Risco do Grupo ("GARC"), o Comité de Recursos Humanos do Grupo ("GHRC"), o Comité de Investimento do Grupo ("GIC"), o Comité de Nomeações do Grupo ("GNC"), o Comité de Gestão do Grupo ("GMC"), o Comité de Risco do Grupo ("GRC") e o Comité Executivo do País ("EXCO"), que são responsáveis por desenvolver as políticas de gestão de risco do Banco nas diversas áreas. Todos os Comités do Conselho de Administração são constituídos por membros executivos e não executivos, para além dos GMC e GRC da Letshego Africa Holdings Limited, e do EXCO que é constituído por administradores executivos e gestores séniores que reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas actividades.

A Estrutura de Gestão de Risco Empresarial do Grupo ("ERMF") e a Estrutura de Risco Operacional do Grupo ("GORF") foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, e pelas suas subsidiárias, para definir limites e controlos de risco apropriados e para monitorar os riscos e a adesão aos limites aprovados. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para reflectir as mudanças nas condições de mercado e nos produtos e serviços oferecidos. O Grupo, através das suas normas e procedimentos de formação e gestão, pretende desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

O GARC é responsável pela monitorização do cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo e por rever a adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pelo Grupo. O GARC é auxiliado nestas funções pela Auditoria Interna, que realiza revisões regulares e *ad-hoc* dos controlos e procedimentos de gestão de risco, e reporta os resultados ao GARC.

Os deveres e responsabilidades do GARC incluem a revisão da filosofia de riscos, a análise da estratégia e políticas recomendadas pelo EXCO e a análise dos relatórios do EXCO. O Comité assegura a conformidade das políticas com o perfil de risco global do Grupo:

- revisão dos controlos sobre os riscos significativos;
- procedimentos para identificar os riscos do negócio e controlar o impacto no Grupo;
- políticas do Grupo para prevenir ou detectar fraude;
- políticas do Grupo para assegurar que o Grupo cumpre com os requisitos e regulamentos legais;
- eficácia operacional das políticas e procedimentos;
- monitorar a conduta ética do Grupo e do seu pessoal executivo e sénior;
- rever quaisquer declarações sobre normas éticas

ou requisitos do Grupo e apoio no desenvolvimento dessas normas e requisitos;

- conformidade com os requisitos dos artigos dos estatutos e demais elementos relativos à constituição;
- conformidade com as leis e regulamentos de qualquer outro estatuto aplicável e órgãos de controlo;
- questões ambientais e sociais.

Comité de Executivo do Grupo

O EXCO é presidido pelo Director Geral do Grupo. Os principais objectivos do EXCO são os seguintes:

- assegurar que são implementadas as estratégias de negócio do Grupo face à agenda colectiva e orçamento do Grupo e reportar sobre os progressos ao Conselho de Administração da empresa-mãe assim como identificar quaisquer riscos significativos ou questões atempadamente;
- monitorizar os desenvolvimentos externos na presença do Grupo (e globalmente em geografias que podem afectar o Grupo) bem como os riscos internos daqui decorrentes, para assegurar que são tomadas as medidas apropriadas para proteger a reputação e a licença do Grupo Letshego, bem como para mitigar potenciais perdas financeiras;
- promover uma cultura que se concentra numa experiência única com o cliente, inovação, medidas preventivas, desenvolvimento de pessoas e envolvimento das partes interessadas, sustentada por governação exemplar e controlo efectivo dos custos; e
- fornecer uma liderança unificada sobre a transformação-chave, marca e outras iniciativas do negócio, através da elaboração e aprovação de respostas para ultrapassar os desafios geográficos e do negócio.

Comité de Risco do Grupo (GRC)

O GRC é presidido pelo Chefe responsável pelo De-

departamento de Risco e Qualidade e tem como foco a gestão de risco do Grupo, reportando ao GMC. Os principais objectivos do GRC incluem, entre outros, os seguintes:

- assegurar que o Grupo promove e mantém uma cultura de disciplina de gestão de risco, antecipação e conformidade em todas as suas entidades;
- assegurar que o GORF é implementado em cada subsidiária, incluindo os limites de risco, e fornecer orientação sobre a forma como esta pode ser melhorada;
- fornecer uma visão geral dos principais riscos que afectam as várias subsidiárias, e o grupo como um todo, e os planos de mitigação propostos;
- monitorizar, mitigar e procurar reduzir a um nível de risco residual e aceitável os riscos associados com o crédito, mercado, financeiro (incluindo impostos e crime financeiro), operacionais, legais, recursos humanos, tecnologias de informação, de reputação, governação, política, conformidade regulamentar e quaisquer outras questões que possam surgir e que possam afectar negativamente as operações do Grupo; e
- classificar as constatações e recomendações para o GMC, se necessário, sempre que existir um impacto negativo resultante de qualquer sanção por parte dos reguladores, perda de clientes em larga escala e de prejuízo para uma ou mais pessoas.

Funções de Gestão de Risco Empresarial e do Risco Operacional (ERMF e GORF)

O âmbito do trabalho envolvido na ERMF e GORF é determinar se a rede de gestão de risco do Grupo, controlo e processo de governação e controlo, tal como concebido e representado pela gestão, é adequado e funciona no sentido de assegurar que:

- os riscos são identificados e geridos de forma apropriada;
- a interacção com os vários grupos de governação dentro do Grupo são documentados e ocor-

rem de forma apropriada;

- a informação financeira significativa e operacional é correcta, fiável e atempada;
- as acções dos funcionários estão em conformidade com as políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis;
- os recursos são adquiridos e aplicados economicamente, utilizados de forma eficaz, e adequadamente salvaguardados;
- os programas, planos e objectivos são aplicados de forma contínua;
- a qualidade e as melhorias contínuas são implementadas nos processos de gestão de risco e controlo do Grupo;
- as questões legislativas ou regulamentares significativas com impacto no Grupo são reconhecidas e encaminhadas de forma adequada e reportadas ao Grupo;
- os requisitos de secretariado do Banco e da Bolsa de Valores do Botswana são cumpridos;
- a formação do pessoal é contínua e adequada para satisfazer as normas do Grupo; e
- se estabelece uma ligação com os auditores externos para coordenar os programas de auditoria e suas exigências e normas.

As oportunidades para as melhorias do controlo da gestão e rentabilidade e imagem do Grupo devem ser identificadas durante as auditorias internas e externas e comunicadas ao nível adequado da gestão.

O responsável pela Auditoria Interna comunica e estabelece uma ligação com os auditores externos relativamente ao seu trabalho e às constatações do Departamento de Auditoria Interna. O programa anual de auditoria interna, incluindo os recursos que são necessários para realizar o seu trabalho, é aprovado pelo GARC. A monitorização contínua do trabalho realizado pelo Departamento de Auditoria Interna bem como o seu relato é realizado pelo GARC.

Os Responsáveis pela Auditoria Interna, Governação e Conformidade e os auditores externos comparecem às reuniões do Comité de Risco e de Au-

ditoria do Grupo. O Presidente do GARC tem o direito de convidar qualquer outro colaborador do Grupo. O Responsável de Auditoria Interna e os auditores externos têm acesso irrestrito ao Presidente do GARC. O Comité do GARC reúne-se pelo menos duas vezes por ano.

Comité de Recursos Humanos do Grupo (GHRC)

Os principais objectivos do GHRC são:

- monitorar e rever as políticas de remuneração do Grupo;
- assegurar que os directores executivos e gestores seniores são remunerados de forma apropriada e justa;
- assegurar que as estratégias de remuneração são cumpridas; e
- estabelecer metas de desempenho para a tabela de bónus do Grupo.

Os administradores executivos não desempenham nenhum papel respeitante a decisões de remuneração.

Comité de Investimento do Grupo (GIC)

O principal objectivo do GIC é fazer revisões críticas e recomendações ao Conselho de Administração sobre todos os novos investimentos estratégicos, e alienação de investimentos existentes quando necessário, nomeadamente quando ocorrem iniciativas de financiamento importantes do Grupo, incluindo o seguinte:

- o mecanismo para o investimento (início das operações, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos, etc);
- seleccionar os investimentos prioritários e não-prioritários;
- alienar os investimentos existentes quando os objectivos do investimento não são alcançados;
- decidir sobre os mecanismos apropriados de financiamento no contexto da estratégia geral do Grupo;

- formular as políticas gerais de investimento do Grupo, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

- recomendar as orientações de investimento a adoptar pelo Conselho de Administração na prossecução dessas políticas; e

- monitorizar a conformidade geral das políticas de investimento, orientações e decisões estratégicas.

Aquando da aprovação do investimento pelo Conselho de Administração, o GARC e o Conselho de Administração são responsáveis por supervisionar a implementação dos riscos.

Comité de Nomeações do Grupo (GNC)

Os principais objectivos do GNC são os de prestar apoio ao Conselho de Administração no exercício das suas funções em relação ao seguinte:

- formular recomendações para o Conselho de Administração;
- implementar um processo formal de revisão do equilíbrio de competências, diversidade e eficácia do Conselho de Administração;
- identificar as competências necessárias para os indivíduos que apresentem tal necessidade, de uma forma justa e no sentido de assegurar a eficácia e foco do Conselho de Administração;
- identificar e avaliar os candidatos para aprovação do Conselho de Administração, para preencher as vagas do Conselho de Administração à medida que estas forem surgindo;
- implementar os planos para a sucessão do Conselho de Administração;
- indução dos administradores, avaliação de desempenho e desenvolvimento dos administradores; e
- nomeação de administradores não executivos das subsidiárias, indicados periodicamente de acordo com a Estrutura de Governança Empresarial do Grupo para os Conselhos Subsidiários.

b) Instrumentos financeiros

A tabela abaixo apresenta a classificação dos instrumentos financeiros:

31 de Dezembro de 2023	Empréstimos e recebíveis MZN	Justo valor através do resultado integral MZN	Passivo ao custo amortizado MZN	Total do valor Contabilístico MZN	Justo valor MZN
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,739,628,602	-	-	1,739,628,602	1,727,819,209
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	-	-	347,785,933	345,425,003
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	6,241,849
Crédito a clientes	12,068,979,220	-	-	12,068,979,220	9,563,477,096
Outros activos	338,070,820	-	-	338,070,820	298,670,011
Total de activos financeiros	14,494,464,575	6,327,465	-	14,500,792,040	11,941,633,168
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	2,732,472,533	2,732,472,533	2,034,665,521
Empréstimos de bancos	-	-	1,706,808,757	1,706,808,757	446,532,733
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	1,426,344,708	1,426,344,708	863,252,291
Provisões	-	-	5,606,292	5,606,292	5,520,799
Outros passivos	-	-	367,018,616	367,018,616	316,695,453
Ações preferenciais	-	-	1,716,611,887	1,716,611,887	987,226,627
Intragruppo	-	-	1,019,351,855	1,019,351,855	1,003,807,325
Total de passivos financeiros	-	-	8,974,214,648	8,974,214,648	5,657,700,749

31 de Dezembro de 2023	Empréstimos e recebíveis MZN	Justo valor através do resultado integral MZN	Passivo ao custo amortizado MZN	Total do valor Contabilístico MZN	Justo valor MZN
Activos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	662,208,073	-	-	662,208,073	652,614,638
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992	424,561,715
Activos financeiros	-	6,327,465	-	6,327,465	5,796,149
Crédito a clientes	10,206,210,136	-	-	10,206,210,136	8,261,959,721
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973	283,340,208
Total de activos financeiros	11,627,940,174	6,327,465	-	11,634,267,639	9,628,272,431
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	-	-	2,837,030,055	2,837,030,055	2,320,882,176
Empréstimos de outros bancos	-	-	1,297,450,847	1,297,450,847	1,061,402,413
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	44,748,672	44,748,672	44,066,280
Outros passivos	-	-	421,625,510	421,625,510	351,050,874
Ações preferenciais	-	-	1,503,385,586	1,503,385,586	643,871,490
Intragruppo	-	-	694,796,039	694,796,039	163,430,817
Total de passivos financeiros	-	-	6,799,036,709	6,799,036,709	4,584,704,051

c) Justo valor dos instrumentos financeiros

Determinação do justo valor e hierarquia do justo valor

O Banco usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o justo valor de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1 — Preços de mercado cotado (não ajustado) em mercados activos para um instrumento idêntico;
- Nível 2 — Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui os instrumentos valorizados com uma utilização de preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares, os preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos e outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado; e
- Nível 3 — Técnicas de valorização utilizando *inputs* significativos não observáveis. Esta

categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui inputs não baseados em dados observáveis e os *inputs* não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares sempre que houver necessidade de ajustamentos não observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos títulos cotados é baseado nas cotações de preços na data do relatório. O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros, é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando as taxas actualmente disponíveis para dívidas em termos semelhantes, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A 31 de Dezembro de 2023, o Banco não detinha instrumentos financeiros ao Justo Valor.

A tabela a seguir mostra uma análise por nível da hierarquia de justo valor:



2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1,727,819,209	-	1,727,819,209
Disponibilidades em outros bancos	-	345,425,003	-	345,425,003
Activos financeiros	-	-	6,241,849	6,241,849
Crédito a clientes	-	-	9,563,477,096	9,563,477,096
	-	2,073,244,212	9,569,718,944	11,642,963,157
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	2,034,665,521	-	2,034,665,521
Empréstimos de outros bancos	-	446,532,733	-	446,532,733
Responsabilidades representadas por títulos	-	863,252,291	-	863,252,291
Ações preferenciais	-	-	987,226,627	987,226,627
	-	3,344,450,544	987,226,627	4,331,677,171

2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	652,614,638	-	652,614,638
Disponibilidades em outros bancos	-	424,561,715	-	424,561,715
Activos financeiros	-	-	5,796,149	5,796,149
Crédito a clientes	-	-	8,261,959,721	8,261,959,721
	-	1,077,176,353	8,267,755,870	9,344,932,223
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	2,320,882,176	-	2,320,882,176
Empréstimos de outros bancos	-	1,061,402,413	-	1,061,402,413
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-
Ações preferenciais	-	-	1,359,768,450	1,359,768,450
	-	3,382,284,589	1,359,768,450	4,742,053,039

	2023		2022	
	Quantia escriturada	Justo valor	Quantia escriturada	Justo valor
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,739,628,602	1,727,819,209	662,208,073	652,614,638
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	345,425,003	463,479,992	424,561,715
Activos financeiros	6,327,465	6,241,849	6,327,465	5,796,149
Crédito a clientes	12,068,979,220	9,563,477,096	10,206,210,136	8,261,959,721
	14,162,721,220	11,642,963,157	11,338,225,666	9,344,932,223
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	2,732,472,533	2,034,665,521	2,837,030,055	2,320,882,176
Empréstimos de outros bancos	1,706,808,757	446,532,733	1,297,450,847	1,061,402,413
Responsabilidades representadas por títulos	1,426,344,708	863,252,291	-	-
Ações preferenciais	1,716,611,887	987,226,627	1,503,385,586	1,359,768,450
	7,582,237,885	4,331,677,171	5,637,866,488	4,742,053,039
	6,580,483,335	7,311,285,985	5,700,359,178	4,602,879,184

A gestão considera que o justo valor das rubricas de Caixa e disponibilidade com o Banco Central e as dívidas com bancos se aproximam do seu valor contabilístico, em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros é incluído pelo valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado numa transacção corrente entre partes interessadas, que não seja numa venda forçada ou de liquidação.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar os justos valores:

- O justo valor de todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apurado pelo método de fluxos de caixa descontados.
- Activos financeiros são descontados pela taxa de Bilhetes do Tesouro a 17.76%
- Passivos financeiros são descontados pelo *spread* de crédito (FPC) - 20,25%.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Banco se um cliente ou contraparte num instrumento financeiro falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais e resulta principalmente do crédito a clientes do Banco. Para os efeitos dos relatórios de gestão de risco, o Banco considera e consolida todos os elementos da exposição ao risco de crédito (como sejam o risco de incumprimento pelos devedores, o risco do sector e o risco do país).

A concessão de empréstimos não garantidos a indivíduos formalmente empregados é o principal aspecto do negócio do Banco. Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é fundamental para o Conselho de Administração.

O modelo que o Banco usa para mitigar este ris-

co são os acordos com os empregadores, com base nos quais o empregador deduz o pagamento mensal do empréstimo directamente do salário do funcionário. Este modelo de “código de dedução de salário” é usado exclusivamente pelo Banco.

Gestão de risco de crédito

Como referido acima, a actividade principal do Banco é a concessão de empréstimos sem garantia para pessoas formalmente empregadas. O Conselho de Administração delegou a responsabilidade de supervisão do risco de crédito ao Administrador-Delegado e ao Departamento de Crédito. No entanto, esta supervisão deve ser vista à luz da estrutura geral de uso exclusivo dos “códigos de dedução de salário” como mecanismo de reembolso do empréstimo.

É da responsabilidade do Administrador-Delegado garantir que as políticas do Banco relativas ao risco de crédito, capacidade financeira, salários líquidos mínimos e adesão aos níveis ou legislação sobre o pagamento dos salários líquidos sejam cumpridas com carácter permanente.

O Banco assegura que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso, seguindo-se a monitorização do desempenho da carteira de crédito pelo departamento de crédito com a assistência da Letshego Africa Holdings Limited. O departamento de crédito, reportando ao Administrador Delegado e apoiado pela Letshego Africa Holdings Limited, é responsável pela gestão de risco de crédito do Banco.

O Letshego tem uma apólice de seguro de crédito para a cobertura de qualquer risco potencial de crédito da carteira de crédito. Uma taxa pré-determinada, aplicada a todos os empréstimos, é cobrada em cada parcela recebida de clientes e entregue à seguradora. A seguradora indemniza o Banco pela falta de pagamento das

dívidas dos clientes do Banco quando da impossibilidade de estes honrarem os termos de contratos de empréstimo. Os seguintes riscos estão cobertos ao abrigo deste seguro: morte, invalidez, dívidas, fraude, devedor em incumprimento. A seguradora recebe mensalmente o prémio total retido e administra a carteira de investimento afectada, do qual se deduzem as taxas de administração e de licença e os custos fiscais. Ver a nota 13 destas demonstrações financeiras relativa a estes créditos.

Processo de pedido de empréstimo

O empregador participante não garante os empréstimos dos funcionários e só é obrigado a reter as prestações mensais a pagar do salário do empregado antes do salário ser pago na conta bancária do empregado.

As deduções são subsequentemente pagas ao Banco Letshego, directamente e numa base mensal, pelo empregador participante. Os recursos do empréstimo são electronicamente transferidos para a conta bancária do empregado para eliminar o risco de levar dinheiro em mão.

Os empréstimos são concedidos apenas aos empregados que são capazes de apresentar o extracto bancário dos últimos dois meses de salário e que tenham uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito uma vez que os empréstimos não são pagos em numerário.

Os principais critérios considerados pelo Banco são a capacidade do candidato de cumprir com os seus compromissos financeiros e de permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas face ao empréstimo. O Banco aplica esses critérios a todos os clientes e estes são complementares às exigências regulamentares.

Os clientes do Banco são os funcionários dos empregadores participantes. Sempre que um empregador não é um empregador participante,

o Banco Letshego formaliza a relação com esse empregador e obtém uma autorização de dedução que permite efectuar a dedução mensal no salário mensal dos funcionários.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas iguais e mensais que são recebidas através da autorização da dedução ao salário (código de dedução de salário) concedida pelo empregador participante, ou seja, uma retenção na fonte.

Monitorização de cobranças mensais

Quando um cliente não tem fundos suficientes do seu salário líquido para satisfazer a prestação mensal do empréstimo, as razões para tal são imediatamente identificadas. Se o cliente não é mais funcionário do empregador, os esforços de recuperação são iniciados.

Se o cliente tiver mudado de emprego, para um empregador não participante, com o qual o Banco não tenha um “código de dedução”, os mandatos de débito directo pré-autorizados são utilizados para recuperar os pagamentos de empréstimos através da conta bancária do cliente.

Se um cliente auffer um salário reduzido, por exemplo quando se trata de licença de estudo ou licença de maternidade, as amortizações dos empréstimos são reprogramadas para recomeçarem assim que o cliente retorne ao salário integral.

Acompanhamento de empréstimos vencidos

Para os empréstimos que vencem, o departamento de crédito segue os procedimentos de recuperação estabelecidos. Trata-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

Aprovação de novos empregadores

Todos os novos empregadores estão sujeitos a alguns critérios de avaliação definidos antes dos

acordos do código de dedução. A aprovação é feita por um subcomité da Letshego Africa Holdings Limited.

Transacções não envolvendo numerário

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e os fundos são depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Reduz-se, assim, o risco de fraude e a complexidade do processo. Devido a esta metodologia apenas os clientes com contas bancárias podem ser aceites.

As auditorias regulares das unidades de negócio e processos de crédito são realizadas pelo Depar-

tamento de Gestão de Risco e Conformidade da Letshego Africa Holdings Limited para garantir a conformidade com processos e procedimentos internos e requisitos regulamentares aplicáveis.

Exposição máxima ao risco de crédito por classe de activo financeiro

Para os activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual ao seu valor contabilístico. A tabela seguinte apresenta a exposição máxima ao risco de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2023 e 2022, antes de se considerar qualquer garantia recebida e outros factores de redução do risco de crédito e de reconhecimento de imparidade.

Exposição ao risco de crédito	2023 MZN	2022 MZN
Disponibilidades em bancos centrais	1,732,507,021	654,882,492
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	12,137,291,485	10,484,151,447
Activos por imposto	32,600,123	36,150,095
Outros activos	338,070,820	296,041,973
Total de activos sujeitos a risco de crédito	14,594,582,847	11,663,092,153
Activos não sujeitos a risco de crédito	201,987,948	195,501,110

Para efeitos de reporte da qualidade de crédito da carteira, os activos financeiros foram analisados conforme segue:

Em 31 de Dezembro de 2023	Stage 1 MZN	Stage 2 MZN	Stage 3 MZN	Total MZN
Disponibilidades em bancos centrais	1,732,507,021	-	-	1,732,507,021
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	-	-	347,785,933
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	9,645,604,633	1,479,791,244	1,011,895,608	12,137,291,485
Outros activos	338,070,820	-	-	338,070,820
Total de activos sujeitos a risco de crédito	12,070,295,872	1,479,791,244	1,011,895,608	14,561,982,724

Em 31 de Dezembro de 2022	Stage 1 MZN	Stage 2 MZN	Stage 3 MZN	Total MZN
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	-	-	654,882,492
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,409,584,874	1,346,641,032	727,925,540	10,484,151,447
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973
Total de activos sujeitos a risco de crédito	9,830,316,796	1,346,641,032	727,925,540	11,904,883,369

Abaixo a análise do valor contabilístico bruto dos activos financeiros:

Crédito líquido de imparidade

A imparidade de empréstimos e títulos é relativa

a empréstimos e adiantamentos em que o Banco determina que é provável que não seja cobrado todo o capital e juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2023	MZN	MZN	MZN	MZN
Disponibilidades em bancos centrais	1,732,507,021	-	-	1,732,507,021
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	-	-	347,785,933
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	9,632,968,214	1,471,318,440	964,692,566	12,068,979,220
Outros activos	338,070,820	-	-	338,070,820
Total de activos sujeitos a risco de crédito	12,057,659,453	1,471,318,440	964,692,566	14,493,670,459

Em 31 de Dezembro de 2022	Stage 1 MZN	Stage 2 MZN	Stage 3 MZN	Total MZN
Disponibilidades em bancos centrais	654,882,492	-	-	654,882,492
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	-	-	6,327,465
Crédito a cliente	8,245,081,355	1,309,705,310	651,423,472	10,206,210,136
Outros activos	296,041,973	-	-	296,041,973
Total de activos sujeitos a risco de crédito	9,665,813,277	1,309,705,310	651,423,472	11,626,942,058

Empréstimos com condições renegociadas

Aplica-se quando o empregador não efectua uma dedução do empréstimo por falha não imputável ao cliente. Nestes casos, os empréstimos são reestruturados para reposicionar o empréstimo e não penalizar o cliente. O número e o valor destes empréstimos foram nulos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, tal como já o tinha sido em 2022.

Imparidade: IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A introdução dos requisitos de imparidade da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, implementada em 1 de Janeiro de 2018, exige que as provisões para perdas por imparidade sejam consideradas numa base mais prospectiva e num âmbito mais amplo de instrumentos financeiros do que o previsto na IAS 39, com impacto significativo na situação financeira do Letshego Moçambique. A medição envolve um aumento da complexidade do julgamento e a revisão dos perfis de risco.

A abordagem seguida pelo Banco é descrita abaixo:

Etapas gerais consideradas pelo Banco na aplicação da IFRS 9

As etapas a seguir ilustram as etapas gerais que o Letshego considerou ao implementar o IFRS 9:

1. Estabelecer a definição apropriada de incumprimento;
2. Determinar o nível de avaliação (avaliação individual versus colectiva);
3. Determinar indicadores / medidas de aumento significativo no risco de crédito;
4. Definir os limites para aumento significativo do risco de crédito;
5. Determinar se o “baixo risco de crédito” será aplicado a determinados empréstimos;
6. Identificar informações prospectivas relevantes e factores macroeconómicos;
7. Identificar fontes apropriadas de informação prospectiva relevante e factores macroeconómicos;

8. Incorporar informações prospectivas e vários cenários para avaliação de empréstimos em preparação;

9. Stage de empréstimos com base na avaliação prospectiva do aumento significativo do risco de crédito;

10. Determinar o método a ser usado para medir as perdas de crédito esperadas;

11. Determinar o período de estimativa - tempo de vida esperado do instrumento financeiro;

12. Estabelecer a probabilidade de incumprimentos (PD) para créditos nas fases 1 e 2;

13. Calcular a Exposição em incumprimento (Exposure at Default - EAD);

14. Identificar garantias relevantes e melhorias de crédito;

15. Desenvolver cálculos para o Loss Given Default (incorporando garantias e reforços de crédito);

16. Considerar o valor do dinheiro no tempo e calcular as perdas de crédito esperadas;

17. Identificar as modificações que ocorreram durante o período e determinar se cada modificação origina ou não um desconhecimento;

18. Calcular as alterações nos ganhos ou perdas e nos empréstimos;

19. Estabelecer e documentar os processos apropriados, governação e controlos internos para estimar as perdas esperadas de crédito

As exigências de imparidade são complexas e exigem julgamentos, estimativas e premissas da Administração. Os principais conceitos e julgamentos levados em consideração são os seguintes:

Determinação de um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial

A IFRS 9 requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas em 12 meses, i.e. a parcela das perdas de crédito que se espera que ocorram durante os próximos 12 meses e que respeitam a todo o período do crédito se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 1); perdas de crédito esperadas

lifetime para instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial (fase 2) ou que estão em incumprimento (fase 3). O Banco avalia quando ocorreu um aumento significativo no risco de crédito com base em elementos quantitativos e

qualitativos.

Os requisitos da IFRS 9 para o escalonamento de empréstimos são resumidos nos dois diagramas abaixo (versão Inglesa da Norma):

Diagrama 1



Diagrama 2



Elementos quantitativos

Com o uso de um *scorecard* interno, ou processo de classificação do risco, o Letshego pode avaliar os aumentos significativos no risco de crédito nos seus portfólios financeiros e microfinanceiros. Isto envolve a definição de limites para determinar o que constitui um aumento significativo no risco de crédito à medida que um empréstimo se move ao longo da escala de classificação. Com o *scorecard* ou

a classificação de risco desenvolvida, o Banco pode então determinar a probabilidade de incumprimento (PD) associada a essas classificações.

Dois tipos de PD são considerados na IFRS 9:

- PD de doze meses - Esta é a probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante os próximos 12 meses (ou sobre a vida remanescente do instrumento financeiro se for inferior a 12 me-

ses), usada para calcular o ECL de 12 meses aplicável aos instrumentos financeiros no Stage 1.

- PD Lifetime - trata-se da probabilidade estimada de ocorrência de um incumprimento durante a vida restante do instrumento financeiro, usada para fins de avaliação do Stage e também para calcular as ECL *lifetime* para as exposições do Stage 2 e Stage 3.

Elementos qualitativos

Contas que atendem aos critérios de “alto risco” do portfólio e estão sujeitas a um monitoramento mais próximo do crédito.

Critérios de Backstop

Contas com 30 ou mais dias de atraso. Os 30 dias de atraso devem ser tratados como um *backstop*, em vez de um dos principais impulsionadores das exposições em movimento para o Stage 2.

As exposições voltam ao Stage 1 quando deixam de se enquadrar nos critérios que definem o aumento significativo no risco de crédito e quando são cumpridos os critérios de cura usados para gerir o risco de crédito, sujeitas à actualização de todos os pagamentos e a evidência, por parte do cliente, da capacidade e vontade de efectuar os pagamentos futuros.

Informação prospectiva (Forward-looking)

A IFRS 9 é uma medida ponderada de probabilidade imparcial, que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis, usando informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis sem custo ou esforço na data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras. A IFRS 9 requer o uso de factores prospectivos, ou indicadores preditivos, no cálculo da ECL, incluindo a avaliação dos Stages.

As informações prospectivas envolvem, por ine-

rência, o julgamento do Conselho de Administração na determinação de elementos essenciais, tais como os factores macroeconómicos que afectam os factores de risco PD, LGD e EAD de um empréstimo, a categoria de *rating* ou da carteira, conforme o caso, a previsão dos valores desses factores de risco durante um, dois ou mais anos, em função do prazo da carteira.

As fontes das informações prospectivas variam de país para país e todos os factores macroeconómicos utilizados serão aprovados a alto nível, pelo comité de crédito, baseado também nos exercícios de correlação realizados.

Definição de incumprimento, activos com perda de crédito, baixas e reconhecimento de receita de juros

O incumprimento não é definido na IFRS 9. O Banco é responsável por esta definição e deve basear-se na sua própria definição usada na gestão interna de riscos do Banco. A consideração cuidadosa de como o incumprimento é definido é importante uma vez que afecta o cálculo de PD, LGD e EAD que têm impacto nos resultados da ECL.

A definição mais simples é a de não cumprir um pagamento programado de capital ou juros, no entanto, essa definição tem modificações dependentes do tipo de produto ou empréstimo. A definição de incumprimento deve ser consistente com a utilizada para fins internos de gestão de risco de crédito para instrumentos financeiros relevantes e devem-se considerar indicadores qualitativos, como por exemplo, a violação de compromissos, quando apropriado. A incapacidade de pagar também pode ser considerada na avaliação qualitativa do incumprimento.

Para efeitos da divulgação do Banco sobre a qualidade do crédito, os activos financeiros foram analisados da seguinte forma:

Grau de classificação	2023			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Vincendo				
High grade	8,259,318	81,887	-	8,341,205
Standard grade	4,377,101	914,913	-	5,292,014
Sub-standard grade	-	3,280,338	-	3,280,338
Vencido mas sem imparidade	-	4,195,666	-	4,195,666
Vencido				-
Com imparidade individual (100%)	-	-	47,203,042	47,203,042
	12,636,419	8,472,804	47,203,042	68,312,265

Grau de classificação	2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Vincendo				
High grade	152,813,269	4,510,106	-	157,323,374
Standard grade	11,690,248	8,346,256	-	20,036,505
Sub-standard grade	-	17,433,180	-	17,433,180
Vencido mas sem imparidade Vencido	-	6,646,180	-	6,646,180
				-
Com imparidade individual (100%)	-	-	76,502,069	76,502,069
	164,503,517	36,935,723	76,502,069	277,941,309

Desconto

As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juro efectiva (EIR) no reconhecimento inicial, ou aproximada, e de forma consistente com o reconhecimento do proveito. Para os compromissos de empréstimo, a EIR é a taxa que se espera aplicar quando o empréstimo é usado e o activo financeiro é reconhecido.

Técnicas de modelagem

As perdas de crédito esperadas (ECL) são calculadas pela multiplicação de três componentes principais, a PD, LGD e EAD, descontadas à taxa de juros efectiva original. Para a avaliação de imparidade nos termos da IFRS 9, os Modelos de Imparidade de Moçambique são utilizados para determinar a PD, a LGD e EAD. Para os Stages 2 e 3, o Banco aplica

PD ao longo da vida esperada da operação, e para o Stage 1 usa PD de 12 meses. As ECL da PD, EAD e LGD são modelados a um nível que considera a antiguidade entre outros factores de crédito. A avaliação do aumento significativo do risco de crédito baseia-se na curva PD inicial, que considera os diferentes riscos de crédito ao longo do tempo.

Renegociação de empréstimos

Os activos reestruturados em cumprimento ou em incumprimento são classificados no Stage 3, excepto quando se conclui que a concessão dada não originou uma diminuição da obrigação financeira, e que não se identificou nenhum outro elemento que integra a definição regulatória de incumprimento, caso em que o activo é classificado como estando no Stage 2. O período mínimo de Stage para passar para o estado de cura é de 6 meses.

Concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão envolvidas em actividades semelhantes e têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afectada

de forma semelhante por mudanças nas condições económicas ou outras. As concentrações de exposição de crédito descritas a seguir não estão proporcionalmente relacionadas à perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e devem ter encargos de crédito proporcionalmente mais elevados em relação à exposição do que outros.

31 de Dezembro de 2023	Governo MZN	Banca MZN	Comércio MZN	Outros MZN	Total MZN
Caixa e disponibilidades no banco central	1,732,507,021	-	-	7,121,581	1,739,628,602
Disponibilidades em outros bancos		347,785,933	-	-	347,785,933
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Créditos a clientes	-	-	-	12,068,979,220	12,068,979,220
Outros activos	-	-	337,885,822	184,998	338,070,820
Activos sujeitos ao risco de crédito	1,732,507,021	347,785,933	344,213,287	12,076,285,799	14,500,792,040

31 de Dezembro de 2022	Governo MZN	Banca MZN	Comércio MZN	Outros MZN	Total MZN
Caixa e disponibilidades no banco central	654,882,492	-	-	7,325,581	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos		463,479,992	-	-	463,479,992
Activos financeiros	-	-	6,327,465	-	6,327,465
Créditos a clientes	-	-	-	10,206,210,136	10,206,210,136
Outros activos	-	-	294,093,132	1,948,841	296,041,973
Activos sujeitos ao risco de crédito	654,882,492	463,479,992	300,420,597	10,215,484,558	11,634,267,639

e) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, virem a afectar o justo valor ou fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros. O risco de mercado resulta de posições abertas, taxas de juro, moeda estrangeira, ambas expostas a movimentações gerais e específicas de mercado gerais e a alterações no nível de volatilidade financeira. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis,

optimizando, ao mesmo tempo, o retorno sobre o risco.

Gestão do risco de mercado

A responsabilidade geral pela gestão do risco de mercado recai sobre a gestão do Banco com a assistência da Auditoria do Grupo e o Comité de Risco. A gestão é responsável pelo desenvolvimento de políticas de gestão de risco detalhadas, sujeitas à revisão pela Auditoria do Grupo e pelo Comité de Risco durante o decurso da implementação dessas políticas.

O **risco cambial** é o risco de que o valor de um instrumento financeiro flutue devido a alterações nas taxas de câmbio. O Conselho de Administração estabelece limites para as posições por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições são monitoradas diariamente para garantir que as mesmas sejam mantidas dentro dos limites estabelecidos. Em 31 de Dezembro de 2023, o saldo em moeda estrangeira que o Banco

detém na sua posição financeira é uma colocação (depósito) detida noutra instituição de crédito. A regulamentação estabelece que o risco cambial não deve ultrapassar 10% e a exposição do banco é significativamente inferior a esse limite.

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial, em 31 de Dezembro de 2023 e 2022.

	2023			2022		
	MZN	USD	TOTAL	MZN	USD	TOTAL
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,739,628,602	-	1,739,628,602	662,002,564	205,509	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	-	347,785,933	463,479,992	-	463,479,992
Activos financeiros	6,327,465	-	6,327,465	6,327,465	-	6,327,465
Crédito a clientes	12,068,979,220	-	12,068,979,220	10,206,210,136	-	10,206,210,136
Outros activos	338,070,820	-	338,070,820	296,041,973	-	296,041,973
Total de activos financeiros sujeitos a risco cambial	14,500,792,040	-	14,500,792,040	11,634,062,130	205,509	11,634,267,639
Passivos financeiros						
Deepósitos de clientes	2,732,472,533	-	2,732,472,533	2,837,030,055	-	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos	1,706,808,757	-	1,706,808,757	1,297,450,847	-	1,297,450,847
Rosponsabilidades representadas por títulos	1,426,344,708	-	1,426,344,708	-	-	-
Provisões	5,606,292	-	5,606,292	44,748,672	-	44,748,672
Outros passivos	367,018,616	-	367,018,616	421,625,510	-	421,625,510
Accções preferenciais	1,716,611,887	-	1,716,611,887	1,503,385,586	-	1,503,385,586
Intragrupo	1,019,351,855	-	1,019,351,855	694,796,039	-	694,796,039
Total de activos financeiros sujeitos a risco cambial	8,974,214,648	-	8,974,214,648	6,799,036,709	-	6,799,036,709
% de exposição ao risco cambial	5,526,577,392	-	5,526,577,392	4,835,025,421	205,509	4,835,230,930
	0.00%			0.00%		

Risco de taxa de juro - é o risco de flutuação dos fluxos de caixa futuros dos instrumentos financeiros devido a alterações nas taxas de juro mercado, com impacto negativo na posição financeira do Banco. A exposição ao risco de taxa de juro que está associada aos efeitos das flutuações nas taxas de mercado tem impacto na posição financeira e nos fluxos de caixa e os excedentes de caixa são geridos para assegurar que os excessos de liquidez são investidos em moldes que assegurem

níveis máximos de retorno com risco mínimo. No geral, os juros de adiantamentos a clientes são fixos enquanto os juros de empréstimos são variáveis.

A tabela abaixo resume a exposição ao risco da taxa de juro através do agrupamento de activos e passivos categorizados pela primeira data da re-fixação contratual de juros ou maturidade.

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2023	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	617,808,170	-	-	-	1,121,820,432	1,739,628,602
Disponibilidades em outros bancos	347,785,933	-	-	-	-	347,785,933
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	12,068,979,220	12,068,979,220
Outros activos	-	-	-	-	338,070,820	338,070,820
Total de activos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro	965,594,103	-	-	-	13,535,197,937	14,500,792,040
Passivos financeiros						
Deepósitos de clientes	-	-	-	-	2,732,472,533	2,732,472,533
Empréstimos obtidos	1,706,808,757	-	-	-	-	1,706,808,757
Rosponsabilidades representadas por titulos	198,444,708	-	-	-	1,227,900,000	1,426,344,708
Provisões	-	-	-	-	5,606,292	5,606,292
Outros passivos	-	-	-	-	367,018,616	367,018,616
Acções preferenciais	-	-	-	-	1,716,611,887	1,716,611,887
Intragrupo	-	-	-	-	1,019,351,855	1,019,351,855
Total de passivos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro	1,905,253,465	-	-	-	7,068,961,183	8,974,214,648
Gap da taxa de juro	(939,659,362)	-	-	-	6,466,236,754	5,526,577,392

	Até 1 mês	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de Dezembro de 2022	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	353,515,721	-	-	-	308,692,352	662,208,073
Disponibilidades em outros bancos	463,479,992	-	-	-	-	463,479,992
Activos financeiros	-	-	-	-	6,327,465	6,327,465
Crédito a clientes	-	-	-	-	10,206,210,136	10,206,210,136
Outros activos	-	-	-	-	296,041,973	296,041,973
Total de activos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro	816,995,713	-	-	-	10,817,271,926	11,634,267,639
Passivos financeiros						
Deepósitos de clientes	-	-	-	-	2,837,030,055	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos	1,297,450,847	-	-	-	-	1,297,450,847
Rosponsabilidades representadas por titulos	-	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	-	-	44,748,672	44,748,672
Outros passivos	-	-	-	-	421,625,510	421,625,510
Acções preferenciais	-	-	-	-	1,503,385,586	1,503,385,586
Intragrupo	-	-	-	-	694,796,039	694,796,039
Total de passivos financeiros sujeitos a risco da taxa de juro	1,297,450,847	-	-	-	5,501,585,862	6,799,036,709
Gap da taxa de juro	(480,455,134)	-	-	-	5,315,686,064	4,835,230,930

Sensibilidade a alterações nas taxas de juro sobre o financiamento recebido, a qual abrange os Empréstimos em outros bancos e Responsabilidades representadas por títulos:

	2023	2022
	MZN	MZN
Custo médio de financiamento	19.69%	16.27%
Impacto de um aumento de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	(25,972,436)	(11,827,510)
Impacto de uma redução de 1% nas taxas de financiamento nos encargos com juros	25,972,436	11,827,510

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que as operações não possam ser financiadas, e os compromissos financeiros não possam ser satisfeitos atempadamente, com uma boa relação custo-eficácia. O risco resulta quer da diferença entre os activos e passivos quer da desproporção dos seus vencimentos. A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global do Balanço, os requisitos de financiamento do Banco e os fluxos de caixa. Ao quantificar o risco de liquidez, são feitas simulações das projecções dos fluxos de

caixa futuros e são postas em prática as acções necessárias para garantir que todos os compromissos de fluxos de caixa futuros do Banco sejam cumpridos com recurso a fundos gerados pelo Banco e a linhas de financiamento disponíveis noutras instituições financeiras.

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Banco de acordo com as maturidades contratuais remanescentes à data de balanço. Os valores reportados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2023	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Deepósitos de clientes	592,746,097	90,344,800	671,975,161	1,377,406,475	-	2,732,472,533
Empréstimos de outros bancos	-	-	-	1,706,808,757	-	1,706,808,757
Provisões	5,606,292	-	-	-	-	5,606,292
Responsabilidades representadas por títulos	-	110,944,708	-	1,315,400,000	-	1,426,344,708
Passivos de locação	-	-	-	107,163,751	-	107,163,751
Outros passivos	247,815,033	12,039,832	-	-	-	259,854,865
Acções preferenciais	-	-	732,641,877	983,970,010	-	1,716,611,887
Intragrupo	92,433,579	-	926,918,276	-	-	1,019,351,855
Total de passivos financeiros	938,601,001	213,329,340	2,331,535,314	5,490,748,993	-	8,974,214,648
Activos para gestão de riscos de liquidez	2,163,887,149	15,431,386	493,024,607	7,473,933,858	4,354,515,039	14,500,792,040

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 1 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de Dezembro de 2022	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros						
Deepósitos de clientes	1,010,712,765	136,021,320	1,623,660,711	66,635,259	-	2,837,030,055
Empréstimos de outros bancos				1,297,450,847	-	1,297,450,847
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	-
Provisões	44,748,672	-	-	-	-	44,748,672
Passivos de locação			8,916,526	83,896,241		92,812,767
Outros passivos	293,163,366	35,649,377	-	-	-	328,812,743
Ações preferenciais	-	-	519,415,576	983,970,010	-	1,503,385,586
Intragrupo	210,328,159	484,467,880	-	-	-	694,796,039
Total de passivos financeiros	1,558,952,962	656,138,577	2,151,992,813	2,431,952,357	-	6,799,036,709
Activos para gestão de riscos de liquidez	1,435,196,680	41,703,102	343,942,839	7,114,454,804	2,698,970,215	11,634,267,639

O quadro acima mostra os fluxos de caixa não contabilizados sobre as responsabilidades financeiras do Banco e os compromissos de empréstimos não reconhecidos com base na sua maturidade contratual o mais cedo possível. Os fluxos de caixa esperados do Banco nestes instrumentos podem variar a partir desta análise. Por exemplo, reuniões e actualizações regulares são fornecidas aos financiadores do Banco, de modo a garantir que as instalações e linhas de crédito permaneçam abertas e não se espere que todos os compromissos de empréstimos não reconhecidos sejam imediatamente reduzidos.

g) Risco Operacional

O risco operacional é o risco das perdas directas e indirectas resultarem de várias causas associadas aos processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura do Banco, e de factores externos diferentes dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, tais como os que resultam de exigências legais e regulamentares e de normas de comportamento empresarial geralmente aceites. O objectivo do Banco é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e os danos à reputação do Banco com eficiência de custos e evitar procedimentos de controlo que restrinjam as iniciativas e a criatividade.

A principal responsabilidade pelo desenvolvimento

e implementação de controlos para abordar o risco operacional é atribuída à gestão. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do Banco para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas que estão incluídas no departamento de Conformidade e Risco do Grupo:

- requisitos para a segregação de funções apropriada, incluindo a autorização independente das transacções;
- requisitos para a reconciliação e monitorização das transacções;
- cumprimento dos regulamentos e outros requisitos legais;
- documentação de controlos e procedimentos;
- requisitos para a avaliação periódica dos riscos operacionais enfrentados e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;
- requisitos para relato de perdas operacionais e elaboração de propostas de acções de remediação;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- formação e desenvolvimento profissional;
- normas de ética e de negócio; e
- mitigação do risco, incluindo seguro, onde o mesmo for eficaz.

O cumprimento das normas do Banco é suportado por um programa de revisões periódicas levadas a cabo pelo departamento de Conformidade e Risco

do Grupo. Os resultados das revisões de Auditoria Interna são discutidos com a gestão, com sumários submetidos à Auditoria do Grupo e Comité de Risco do Grupo e revisões periódicas posteriores para garantir a resolução das mesmas.

h) Gestão do Capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo do que o conceito de capital próprio no balanço, são:

- cumprir os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique;
- salvaguardar a capacidade do Banco, em termos de continuidade das suas operações, para que possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas;
- manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

O rácio de adequação de capital e uso de capital regulamentar são monitorizados mensalmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas

orientações do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

O Banco é obrigado a manter um rácio de capital mínimo igual a 12% dos seus fundos próprios que é composto por: prémios de emissão, lucros acumulados e reservas legais aprovadas, diferença entre as provisões calculadas segundo as IFRS e as calculadas para efeitos regulatórios e os resultados acumulados do período.

O Banco de Moçambique exige que o Banco mantenha um rácio de capital regulamentar e activos ponderados pelo risco de valor igual ou superior a 12%, aplicando-se regras de Basileia II.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma hierarquia de riscos do Banco e são classificados de acordo com a natureza dos activos reflectindo, assim, a estimativa do risco do crédito associada a cada activo e contraparte.

A tabela seguinte resume o cálculo do capital regulamentar do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 nos termos dos requisitos do Banco de Moçambique.

	2023 MZN	2022 MZN
Fundos próprios de base (Tier 1)		
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000
Reservas não distribuíveis	1,109,437,333	894,810,029
Resultados transitados	1,804,226,867	1,742,915,795
Menos: activos intangíveis	(16,979,433)	(26,261,042)
Menos: Insuficiência de provisões para imparidade	(1,306,915,938)	(800,691,843)
Total fundos próprios de base (Tier 1)	3,290,292,839	3,511,296,949
Acções preferenciais	658,058,568	703,153,007
Imparidade genérica de risco de crédito	1,387,322	1,141,558
Total capital regulamentar	3,949,738,730	4,215,591,514
Activos ponderados por risco	11,399,423,037	9,451,814,515
Rácio de solvabilidade	34.65%	44.60%

7. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

	2023 MZN	2022 MZN
Caixa	7,121,581	7,325,581
Disponibilidades em bancos centrais	1,732,507,021	654,882,492
	<u>1,739,628,602</u>	<u>662,208,073</u>

A 31 de Dezembro de 2023, os valores em Caixa e Disponibilidades no Banco Central eram na totalidade em moeda nacional. As disponibilidades em bancos centrais incluíam reservas obrigatórias, no valor

de 1,114,698,851 meticais (2022: 301,366,771 MT). O aumento significativo reflecte o agravamento da taxa de reservas obrigatórias em moeda nacional de 10.5% vigente em 2022 para 39.0% em 2023.

8. DISPONIBILIDADES EM OUTROS BANCOS

	2023 MZN	2022 MZN
Moeda Nacional Depósito à ordem	347,785,933	463,274,483
Moeda estrangeira Depósito à ordem	-	205,509
	<u>347,785,933</u>	<u>463,479,992</u>

9. ACTIVOS FINANCEIROS

Activos financeiros mensurados ao justo valor por via de rendimento integral

	2023 MZN	2022 MZN
Valor de aquisição	6,327,465	6,327,465
Impacto da avaliação ao justo valor	-	-
Justo valor	<u>6,327,465</u>	<u>6,327,465</u>

O Banco detém 0,5% do capital social da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), para o qual não existe um mercado activo. A gestão considera que o custo se aproxima do justo valor

e não foi identificada nenhuma situação de imparidade neste investimento.

10. CRÉDITOS A CLIENTES

	2023 MZN	2022 MZN
Crédito bruto a clientes	12,137,291,485	10,484,151,447
Menos: Provisões e perdas por imparidade de crédito	(68,312,265)	(105,172,631)
	<u>12,068,979,220</u>	<u>10,206,210,136</u>

A carteira de clientes de crédito é dominada por funcionários do Governo de Moçambique, com uma contribuição de 98%. Abaixo estão apresen-

tadas algumas características da carteira de crédito a clientes:

	2023 MZN	2022 MZN
Taxa média de juro dos créditos a clientes (anuais)	31.2%	29.7%
Taxa média de cobrança	95.7%	97.2%
Empréstimo mais alto (MZN)	5,000,000	2,500,000
Empréstimo mais baixo (MZN)	5,305	3,000
Prazo médio dos empréstimos (meses)	63	63
Número total de clientes	85,662	84,283

10.1 Movimento em provisões para perdas por imparidade

	2023 MZN	2022 MZN
Saldo de abertura	277,941,311	105,172,631
Imparidade do exercício	(129,012,496)	230,599,243
Abates de crédito	(80,616,550)	(57,830,563)
Ajustamento do ano anterior	-	-
Saldo de fecho	<u>68,312,265</u>	<u>277,941,311</u>
Stage 1: Perdas esperadas em 12 meses	12,636,419	164,503,519
Stage 2: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito (lifetime) - sem incumprimento	8,472,804	36,935,723
Stage 3: Perdas por imparidade na duração da vida do crédito (lifetime) - em incumprimento	47,203,042	76,502,069

A redução das perdas por imparidade deve-se principalmente à melhoria da qualidade da cartei-

ra de crédito como resultado das campanhas de reestruturação e reescalonamento de dívidas.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS SOB DIREITO DE USO

	Equipamento Informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
Ao custo							
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2023	96,224,859	34,161,290	29,242,275	5,609,788	147,816,180	35,740,307	348,794,700
Adições	5,389,122	2,307,844	1,899,623		4,130,062	26,126,668	39,853,319
Alienações	(315,420)	(2,495,208)	(16,794,246)		(4,647,764)		(24,252,638)
Transferência	12,905,145	2,928,328	50,501,588			(66,335,061)	-
Ajustamentos/ reclassificações					(834,289)	4,468,087	3,633,798
31 de Dezembro de 2023	114,203,706	36,902,254	64,849,241	5,609,788	146,464,189	0	368,029,179
Depreciação acumulada							
1 de Janeiro de 2023	(68,906,083)	(18,673,438)	(25,328,372)	(3,625,697)	(70,346,625)		- (186,880,214)
Depreciação do exercício	(16,176,676)	(6,575,516)	(13,321,847)	(1,402,447)	(28,266,482)		(65,742,968)
Alienações	315,420	2,495,208	16,794,246		4,647,764		24,252,638
Ajustamentos/ reclassificações					38,228,299		38,228,299
31 de Dezembro de 2023	(84,767,339)	(22,753,745)	(21,855,974)	(5,028,144)	(55,737,044)	-	(190,142,245)
Saldo líquido	29,436,368	14,148,509	42,993,268	581,645	90,727,145	0	177,886,934

	Equipamento Informático	Equipamento e mobiliário de escritório	Melhorias em edifícios arrendados	Veículos	Direito de uso	Investimentos em curso	Total
Ao custo							
	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2022	81,480,150	31,269,244	29,145,528	5,609,788	141,821,991	18,339,600	307,666,302
Adições	17,831,614	3,107,454	-	-	39,605,473	29,115,704	89,660,246
Alienações	(9,348,690)	(1,193,778)	(5,247,483)	-	(33,611,284)	-	(49,401,235)
Transferência	6,261,785	978,370	5,344,230	-	-	(12,584,385)	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-	-	869,387	869,387
31 de Dezembro de 2022	96,224,859	34,161,290	29,242,275	5,609,788	147,816,180	35,740,307	348,794,700
Depreciação acumulada							
1 de Janeiro de 2022	(58,365,194)	(13,559,057)	(20,896,682)	(2,223,250)	(76,217,889)		- (171,262,071)
Depreciação do exercício	(14,497,182)	(6,308,157)	(4,431,691)	(1,402,447)	(27,740,020)		(54,379,496)
Alienações	3,956,293	1,193,778	-	-	33,611,284		38,761,354
Ajustamentos/ reclassificações	-	-	-	-	-		-
31 de Dezembro de 2022	(68,906,083)	(18,673,436)	(25,328,372)	(3,625,697)	(70,346,625)	-	(186,880,213)
Saldo líquido	27,318,776	15,487,855	3,913,903	1,984,092	77,469,555	35,740,307	161,914,487

Investimentos em Curso incluíam itens relacionados com “Softwares Desenvolvidos Internamente” que foram reclassificados para Activos Intangíveis (vide a nota 12). O aumento de tangíveis foi largamente impactado pelos investimentos em quatro novos balcões (Karl Marx – Maputo, Chimoio, Beira e Nampula) e pela reposição de alienados.

11.1 Locações

O Banco aluga uma série de agências. Os arrenda-

mentos têm uma duração de 1 a 5 anos. O Banco optou por não reconhecer activos e passivos com prazo de arrendamento (de até 12 meses) e arrendamentos de baixo valor para equipamentos operacionais. Não há restrições impostas ao arrendatário aquando da assinatura dos contratos. Os arrendamentos do Banco não são canceláveis e referem-se ao vencimento dos pagamentos futuros em 31 de Dezembro de 2023.

Valores reconhecidos no balanço:

	2023	2022
	MZN	MZN
Direito de uso		
Edifícios	90,727,144	77,469,555
	<u>90,727,144</u>	<u>77,469,555</u>
Passivo de locação		
Corrente	27,230,406	27,230,406
Não-corrente	79,933,345	65,582,361
	<u>107,163,751</u>	<u>92,812,767</u>

Valores reconhecidos na demonstração do rendimento integral:

	2023	2022
	MZN	MZN
Depreciações do activo de direito de uso	28,266,482	27,740,020
Gastos de juros	13,341,245	17,989,113
	<u>53,038,418</u>	<u>41,081,265</u>

Os passivos de locação financeira encontram-se reflectidos na Nota 17 – Outros Passivos.

	Licenças de software	Software	Software desenvolvido internamente	Total
Ao custo				
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2023	2,212,027	19,580,928	4,468,087	26,261,042
Adições				-
Alienações	(1,412,774)			(1,412,774)
Transferências				-
Ajustamentos/ reclassificações			(4,468,087)	(4,468,087)
31 de Dezembro de 2023	<u>7,430,549</u>	<u>38,936,931</u>	<u>-</u>	<u>46,367,480</u>
Amortização acumulada				
1 de Janeiro de 2023	(6,631,296)	(19,356,003)	-	(25,987,299)
Amortizações do exercício	(860,786)	(3,952,736)	-	(4,813,522)
Alienações	1,412,774			1,412,774
Transferências			-	-
Ajustamentos/ reclassificações				-
31 de Dezembro de 2023	<u>(6,079,308)</u>	<u>(23,308,739)</u>	<u>-</u>	<u>(29,388,046)</u>
Saldo líquido	<u>1,351,241</u>	<u>15,628,193</u>	<u>-</u>	<u>16,979,433</u>

	Licenças de software	Software	Software desenvolvido internamente	Total
Ao custo				
	MZN	MZN	MZN	MZN
1 de Janeiro de 2022	23,659,214	43,456,182	5,590,516	72,705,912
Adições				-
Alienações	(14,815,891)	(4,772,291)		(19,588,182)
Transferências		253,041	(253,041)	-
Ajustamentos/ reclassificações			(869,389)	(869,389)
31 de Dezembro de 2022	<u>8,843,323</u>	<u>38,936,931</u>	<u>4,468,087</u>	<u>52,248,341</u>
Amortização acumulada				
1 de Janeiro de 2022	(20,317,863)	(19,663,171)	-	(39,981,034)
Amortizações do exercício	(1,129,324)	(4,465,123)	-	(5,594,447)
Alienações	14,815,891	4,772,291		19,588,182
Transferências	-	-	-	-
Ajustamentos/ reclassificações	-	-		-
31 de Dezembro de 2022	<u>(6,631,296)</u>	<u>(19,356,003)</u>	<u>-</u>	<u>(25,987,299)</u>
Saldo líquido	<u>2,212,027</u>	<u>19,580,928</u>	<u>4,468,087</u>	<u>26,261,042</u>

O *software* desenvolvido internamente é registado pelos custos associados aos processos de construção e desenvolvimento até o momento em que o activo esteja disponível para uso, ou seja, quando o activo estiver na localização e condição necessárias para ser

capaz de operar da maneira pretendida pela gestão. Nesse momento, o respectivo elemento será transferido de obras em curso para uma categoria apropriada de activo immobilizado e/ou intangível e é depreciado/ amortizado ao longo da vida útil do activo.

13. OUTROS ACTIVOS

	2023	2022
	MZN	MZN
Pagamentos antecipados	17,814,895	19,665,222
Adiantamentos a trabalhadores	184,998	1,948,841
Indemnizações de seguros a receber	227,909,228	190,764,757
Partes relacionadas	9,408,625	4,942,525
Outros valores a receber	82,753,074	78,720,628
	<u>338,070,820</u>	<u>296,041,973</u>

As indemnizações de seguro a receber estão relacionadas com um plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego. Os fundos provêm das prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos às seguradoras, nomeadamente

Sanlam e Hollard Seguros, na qualidade de gestoras do plano de seguros. A conta de Outros valores a receber incorporava adiantamento para a MasterCard para fazer face à encargos com a operacionalização do cartão de débito e retenções na fonte em processo de recuperação junto da Autoridade Tributária.

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os depósitos de clientes são maioritariamente compostos por contas poupança e depósitos a prazo.

	2023	2022
	MZN	MZN
Cientes corporativos:		
- Depósitos à ordem	193,140,723	155,068,031
- Depósitos a prazo	318,607,570	486,816,455
Cientes de retalho:		
- Depósitos à ordem	302,797,008	306,320,828
- Depósitos a prazo	1,917,927,231	1,888,824,741
	<u>2,732,472,533</u>	<u>2,837,030,055</u>

Depósitos correntes	495,937,731	461,388,859
Depósitos não-correntes	2,212,950,240	2,348,425,421
	<u>2,708,887,971</u>	<u>2,809,814,280</u>
Juros sobre depósitos	23,584,562	27,215,775
	<u>2,732,472,533</u>	<u>2,837,030,055</u>

15. EMPRÉSTIMOS DE OUTROS BANCOS

	2023	2022
	MZN	MZN
Bancos comerciais	1,706,808,757	1,297,450,847
Instituições financeiras de desenvolvimento	-	-
	<u>706,808,757</u>	<u>1,297,450,847</u>
<u>Análise da maturidade contratada</u>		
Vencimento até 1 ano	82,236,829	122,705,247
Vencimento entre 1 e 3 anos	694,366,718	1,163,355,109
Vencimento superior a 3 anos	809,994,343	-
Total de empréstimos recebidos	<u>1,586,597,890</u>	<u>1,286,060,356</u>
Juros contratuais	120,210,867	11,390,491
Fluxos de caixa de financiamentos obtidos	<u>1,706,808,757</u>	<u>1,297,450,847</u>
<u>Movimentos</u>		
Saldo no início do ano	1,297,450,847	1,068,051,092
Financiamento obtido ao longo do ano	940,000,000	600,000,000
Provisão para juros	120,210,867	11,390,491
Reembolsos feitos durante o ano	(650,852,957)	(381,990,736)
	<u>1,706,808,757</u>	<u>1,297,450,847</u>

16. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

	2023	2022
	MZN	MZN
Saldo Inicial	-	-
Movimento ocorrido ao longo do ano	1,315,400,000	-
Juros incorridos	110,944,708	-
Reembolsos feitos durante o ano	-	-
	<u>1,426,344,708</u>	-
Análise da maturidade contratada		
Vencimento até 1 ano	-	-
Vencimento entre 1 e 3 anos	505,500,000	-
Vencimento superior a 3 anos	809,900,000	-
	<u>1,315,400,000</u>	-
Juros contratuais	<u>110,944,708</u>	-

As Responsabilidades Representadas por Títulos correspondem a Obrigações Corporativas, emitidas em Agosto de 2023, em quatro séries, submetidas à

subscrição privada e que, à data do balanço, encontravam-se em processo de cotação na Bolsa de Valores de Moçambique.

17. PROVISÕES

	2023	2022
	MZN	MZN
Saldo no início do ano	44,748,672	2,151,896
Provisões criadas ao longo do ano	191,630	42,859,902
Utilização e reversão de provisões	(39,334,010)	(263,126)
Saldo no final do ano	<u>5,606,292</u>	<u>44,748,672</u>

18. OUTROS PASSIVOS

	2023	2022
	MZN	MZN
Imposto de selo e retenções na fonte	99,521,827	93,698,268
Prémios de seguro de crédito	43,812,888	63,149,272
Acréscimo para bónus de funcionários	4,562,680	8,095,120

Acréscimo para incentivos aos funcionários	4,440,154	4,492,444
Acréscimo para férias de funcionários	37,352,256	15,904,759
Segurança social	900,921	1,054,152
Contas de compensação	19,733,808	72,747,943
Honorários de auditoria	3,036,998	2,614,989
Diferimento de rendimento de comissões	31,119,502	29,753,079
Passivo de locação	107,163,751	92,812,767
Outros acréscimos	11,129,646	29,441,705
Outros valores a pagar	9,850,477	7,861,012
	<u>372,624,908</u>	<u>421,625,510</u>

O prémio para o seguro de crédito está relacionado com o plano de seguros para cobrir créditos vencidos, adoptado pelo Banco enquanto prática transversal ao Grupo Letshego. Os fundos são provenientes das

prestações mensais recebidas dos clientes de crédito e são pagos às seguradoras Sanlam e ICE Seguros, na qualidade de gestoras do plano de seguros.

19. ACÇÕES PREFERENCIAIS

As acções preferenciais são liquidadas ao valor nominal num período de 10 anos contado desde a data de

emissão (2014). Este instrumento compreende um passivo financeiro que é mensurado ao custo.

	2023	2022
	MZN	MZN
Acções preferenciais em 1 de Janeiro	1,503,385,586	1,332,804,545
Juros do exercício	213,226,301	213,226,301
Juros pagos	-	(42,645,260)
	<u>1,716,611,887</u>	<u>1,503,385,586</u>

Abaixo a decomposição do saldo

	2023	2022
	MZN	MZN
Capital	983,970,010	983,970,010
Juros a pagar	732,641,877	519,415,576
	<u>1,716,611,887</u>	<u>1,503,385,586</u>

20. INTRAGRUPPO

	2023 MZN	2022 MZN
Conta corrente Intragrupo em 1 de Janeiro	694,796,039	49,727,486
Adições/ serviços prestados	637,501,492	672,703,612
Pagamentos	(312,945,676)	(27,635,059)
	<u>1,019,351,855</u>	<u>694,796,039</u>

Os saldos intragrupo dizem respeito essencialmente a montantes a pagar ao accionista Letshego Africa Holding Limited (ver Nota 29). Estes saldos incluíam, a 31 de Dezembro de 2023, o montante de

926,918,276 meticais (2022: 484,467,880 meticais) relativo a dividendos declarados e ainda por pagar, cujos detalhes se encontram na Nota 21.1.

21. CAPITAL SOCIAL E PRÉMIO DE EMISSÃO

	2023 MZN	2022 MZN
Totalmente autorizadas, subscritas e pagas		
Número de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Valor nominal das acções	30	30
Capital social	1,700,000,010	1,700,000,010
Prémio de emissão	524,000	524,000

21.1. Dividendos

	2023 MZN	2022 MZN
Dividendos a pagar transitados do ano anterior	484,467,880	-
Dividendos respeitantes a exercícios anteriores declarados durante o ano	443,603,633	989,748,463
Dividendos pagos	(1,153,237)	(505,280,583)
Dividendos por pagar	926,918,276	484,467,880
Total de acções ordinárias	56,666,667	56,666,667
Dividendo por acção	7.83	17.47

Os dividendos por acção são obtidos dividindo-se o total de dividendos pela média ponderada das acções emitidas durante o ano.

22. RESERVAS

	2023	2022
	MZN	MZN
Reserva legal	1,104,087,312	887,695,296
Pagamento baseado em acções	5,350,021	7,114,733
	<u>1,109,437,333</u>	<u>894,810,029</u>

Reserva legal: De acordo com a legislação moçambicana, o Banco deve destinar anualmente, para uma reserva legal, não inferior a 30% do seu lucro auditado do ano anterior após impostos, até que essa reserva seja igual ao montante do capital.

Reservas para pagamento baseado em acções: O Grupo Letshego Africa Holdings Limited opera um Plano de Incentivo de Longo Prazo (LTIP), que foi aprovado pelos accionistas do grupo numa assembleia geral extraordinária realizada em 20 de Dezembro de 2005. De acordo com o plano, prémios de acções condicionais são concedidos à gerência e aos funcionários-chave. A estimativa de acções a serem adquiridas

por um ano é baseada em projecções internas quanto às condições especificadas sendo alcançadas. As acções são atribuídas na holding, Letshego África Holdings Limited, que está listada na Bolsa de Valores do Botsuana. As acções concedidas nos termos do plano não podem exceder 10% das acções ordinárias emitidas da empresa holding, Letshego Africa Holdings Limited. O número máximo de acções que podem ser alocadas a qualquer participante individual no esquema é de 1% das acções ordinárias emitidas da holding. A atribuição de prémios de acções ao abrigo do plano relativo à gestão do Banco Letshego SA teve início em 2019. O período de carência dos prémios de acções é geralmente de três anos.

	Acções concedidas	Preço ponderado
	2023	2023
	MZN	MZN
Saldo inicial	7,114,733	11.42 / 4.92 / 4.46
Concedido durante o período	(1,764,712)	4.46
Saldo final	<u>5,350,021</u>	<u>11.42 / 4.92 / 4.46</u>

	Acções concedidas	Preço ponderado
	2022	2022
	MZN	MZN
Saldo inicial	6,699,982	11.42 / 4.92
Concedido durante o período	414,751	4.46
Saldo final	<u>7,114,733</u>	<u>11.42 / 4.92 / 4.46</u>

Os prémios de acções em circulação em 31 de Dezembro de 2022 têm preços de exercício denominados na moeda do Botswana (BWP), equivalentes

a MZN 11,42, MZN 4,92 e MZN 4,46 e períodos de carência médios ponderados de 15 e 27 meses, respectivamente.

23. MARGEM FINANCEIRA

	2023	2022
	MZN	MZN
Juros e rendimentos similares		
Créditos e aplicações:		
- Clientes	3,063,370,741	2,799,996,373
- Bancos	66,331,778	65,989,888
Outros	-	-
	<u>3,129,702,519</u>	<u>2,865,986,261</u>
Juros e encargos similares		
Empréstimos de bancos	(332,453,878)	(202,533,855)
Obrigações	(118,626,086)	-
Locações	(24,771,936)	(13,341,245)
Acções preferenciais	(213,226,301)	(213,226,301)
Depósitos de clientes	(471,984,442)	(464,562,528)
	<u>(1,161,062,643)</u>	<u>(893,663,929)</u>
	<u>1,968,639,876</u>	<u>1,972,322,332</u>

24. RESULTADOS DE TAXAS E COMISSÕES

	2023	2022
	MZN	MZN
Rendimento de taxas e comissões		
Taxas e comissões de crédito	100,802,438	115,724,628
Outras taxas e comissões	11,244,574	8,617,082
	<u>112,047,013</u>	<u>124,341,710</u>
Gastos com taxas e comissões		
Taxas de cobrança	-	-
Comissões de vendas	(202,911,809)	(167,162,793)
Comissão de garantia	(58,472,773)	(8,383,564)
Outras taxas e comissões	(93,892,247)	(81,112,881)
Taxa de negociação	(663,429)	(3,625,000)
	<u>(355,940,258)</u>	<u>(260,284,238)</u>
	<u>(243,893,245)</u>	<u>(135,942,528)</u>

25. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2023	2022
	MZN	MZN
Participação nos lucros	235,995,537	253,827,812
Subsídios	-	33,260,637
Outros proveitos operacionais	44,828,465	40,212,662
	280,824,002	327,301,111
Outros gastos operacionais	1,590,881	(2,247)
	1,590,881	(2,247)
	282,414,883	327,298,864

As participações nos lucros estão relacionadas com os ganhos do plano de seguro para cobrir as dívidas incobráveis de clientes. Este seguro é uma

prática em todo o Grupo Letshego e é localmente gerido pelas seguradoras Sanlam e Hollard Seguros.

26. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	2023	2022
	MZN	MZN
Salários e vencimentos	165,309,673	162,235,180
Contribuições para assistência médica	26,957,272	24,558,696
Custos com segurança social	6,718,199	7,086,422
Outros gastos com o pessoal	30,263,526	39,347,439
	229,248,670	233,227,737

Outras despesas de pessoal incluem provisão de pagamento de licença, incentivo e bônus de pessoal, despesas com formações, custos de recrutamento, seguro de pessoal e taxas de associação

de funcionários. A variação registada em 2023 foi impulsionada principalmente pela redução de pessoal.

27. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	2023 MZN	2022 MZN
Honorários dos serviços de consultoria dos accionistas	2,110,227	8,821,932
Gastos de comunicação	39,078,535	48,712,734
Gastos gerais de escritório	15,095,715	19,040,962
Honorários de serviços especializados	41,761,182	78,488,277
Gastos com veículos	15,122,078	20,466,680
Material de escritório	4,088,834	6,571,572
Despesas de deslocação	43,224,782	50,827,870
Honorários de auditoria	4,846,510	4,080,501
Comissões de gestão	152,953,992	137,864,134
Outros gastos operacionais	84,107,461	102,620,134
	<u>402,389,316</u>	<u>477,494,796</u>

As comissões de gestão referem-se aos serviços de suporte oferecidos pelos funcionários da Letshego Africa Holdings ao país. Estes incluem serviços compartilhados, como sistemas e suporte de Tecnologias de Informação, serviços de gestão de projectos, auditoria interna, monitoramento de crédito, monitoria da experiência e inovação do cliente, assuntos corporativos, serviços de gestão de risco geral e outros serviços em recursos humanos, contabilidade, tesouraria e governança. Estas comissões são cobradas ou determinadas pelas condições de mercado. A variação homóloga foi impulsionada pelo aumento geral do número e

volume de serviços prestados pela Letshego Africa Holdings, em linha com a implementação de novos produtos e soluções.

Outros gastos operacionais são impactados principalmente por despesas de marketing e publicidade e contribuições de fundos de garantia de depósitos. Outros gastos operacionais também incluem despesas bancárias, seguros, reparações, manutenções e serviços de correio. A variação homóloga foi impulsionada principalmente pelas iniciativas de racionalização de custos implementadas no banco.

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	2023 MZN	2022 MZN
Imposto sobre o rendimento	476,984,184	387,621,320
Imposto diferido	(22,620,503)	10,407,665
	<u>454,363,681</u>	<u>398,028,985</u>

28.1. Imposto diferido

	2023 MZN	2022 MZN
Saldo a 1 de Janeiro	9,979,620	20,387,284
Movimento do exercício	22,620,503	(10,407,664)
Saldo a 31 de Dezembro	32,600,123	9,979,620
Activos Tangíveis e Activos sob direito de Uso	16,918,082	(25,728)
Provisões para Gastos com o Pessoal	15,694,941	9,967,320
Ganhos e perdas cambiais não realizadas	(12,900)	38,028

28.2. Reconciliação do imposto corrente

	2023 MZN	2022 MZN
Resultado antes do imposto	1,450,701,536	1,119,335,705
Imposto calculado à taxa de 32%	464,224,492	358,187,426
Efeito fiscal de:		
- Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais	12,759,692	29,433,894
Imposto diferido	(22,620,503)	10,407,665
Imposto sobre o rendimento	454,363,681	398,028,985
Taxa efectiva de imposto	31.32%	35.56%

28.3. Imposto corrente a pagar

	2023 MZN	2022 MZN
Saldo a 1 de Janeiro	(26,170,475)	195,426,149
Imposto sobre o rendimento	476,984,184	387,621,320
Pagamentos	(307,295,892)	(556,876,994)
Saldo a 31 de Dezembro	143,517,817	(26,170,475)

Impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos seguintes:	2023	2022
	MZN	MZN
Activos tangíveis	(11,658,368)	(2,320,944)
Gastos com o pessoal	(861,312)	(9,967,320)
Ganhos (perdas) cambiais não realizados	12,900	(38,028)
Contas a pagar	(14,833,629)	-
Loações	(5,259,714)	2,346,672
Saldo a 31 de Dezembro	(32,600,123)	(9,979,620)

29. PARTES RELACIONADAS

Saldo com a Letshego Africa Holding Limited	2023	2022
	MZN	MZN
Acções preferenciais	1,716,611,887	1,503,385,586
Intragrupo	1,019,351,855	209,620,701
	2,735,963,742	1,713,006,287
Gastos com juros a Letshego Africa Holding Limited		
Acções preferenciais	213,226,301	213,226,301
Intragrupo	-	-
	213,226,301	213,226,301

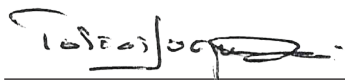
Outros gastos com partes relacionadas	2023	2022
	MZN	MZN
Comissões de gestão	152,953,992	137,864,134
Custos com emissão de garantias	58,472,773	8,383,564
Despesas suportadas em nome do banco	30,754,958	30,754,958
Consultoria	7,560,000	7,560,000
Honorários aos administradores	(5,449,773)	1,261,932
	244,291,950	185,824,588

Partes relacionadas incorporam o grupo Letshego Administradores Não Executivos, Africa Holding Limited, accionistas minoritários e

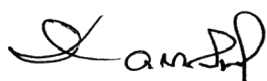
30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data de Balanço, e até à data de aprovação do Relatório e Contas, não se verificaram circunstâncias e/ou eventos de natureza material que possam ter impacto na informação financeira

comunicada com referência a 31 de Dezembro de 2023 e que devam ser ajustados ou divulgados a fim de manter a correcta leitura das demonstrações financeiras do Banco.



Tobias J. Dai
Data: 27.03.2024



David Seie
Data: 27.03.2024



Chipiliro Katundu
Data: 27.03.2024



Carlos J. Nhamahango
Data: 27.03.2024

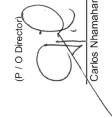


Kathryn Larcombe
Data: 27.03.2024

ANEXOS AO RELATÓRIO E CONTAS DE ACORDO COM AS CIRCULARES N° 3 & N° 4/SHC/2007


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores em milhões)

Codigo de contas	ATIVO		ANO		Codigo de contas	PASSIVO	ANO ANTERIOR	ANO ANTERIOR
	Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Ativo Líquido	ANO ANTERIOR				
10+300	1.124,628	-	1.124,628	281,808	38-3311 (1)+3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	347,786	-	347,786	463,480	43 (1)	Passivos Financeiros devidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	-	-	-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	-	-	-	-	39-3311 (1)+3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-
154+158 (1)+16+34888 (1)-53888 (1)	-	-	-	-	40+41-3311 (1)+3412-3415+3430+5201 (1)+5319+5331	Recursos de Clientes e Outros Emprestimos	5,533,859	5,117,848
10+150+158 (1)+159 (1)+320+3310 (1)+3408 (1)-350-3550+5210 (1)-5300	615,000	-	615,000	380,400	42-3311 (1)+3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos Derivados de Cobertura	1,315,400	-
14+151+152+158 (1)+3004+3310 (1)+3400+34009-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	12,445,790	68,312	12,377,478	10,443,801	44	Passivos nao correntes dados para Venda e operacoes descontinuadas	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+307+3310 (1)+3402-355-3524+5210 (1)-5303 (1)	-	-	-	-	45	Provisões	162,162	232,158
21	-	-	-	-	47	Passivos por impostos correntes	-	-
25-3580	-	-	-	-	480	Passivos por impostos diferidos	143,518	-
26-3581 (1)-360 (1)	-	-	-	-	481	Outros passivos Subordinados	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	365,029	190,142	177,887	166,383	480+488+489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5711	Outros Passivos	2,502,830	1,862,950
29-3583-361	46,367	29,988	16,379	21,793	51-3311 (1)+3417-3418+500 (1)+5203+5206+5212+5214	Capital	1,700,000	1,700,000
24-357	6,327	6,327	6,327	6,327	55	Premios de Emisao	524	524
300	64,221	-	64,221	90,391	602	Outros Instrumentos de Capital	-	-
301	32,600	-	32,600	9,890	57	Accoes Próprias	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+161+162+3305+3308+3310 (1)+338+3401 (1)+348 (1)-358-3525+50 (1)+51-5210 (1)-5304+5306 (1)+54 (1)+3	505,388	-	505,388	408,049	-56 58+59 60-602+61 64 -63	Reservas de Reavaliacao Outras reservas e resultados transferidos Resultado do Exercício (Dividendos antecipados)	2,913,664 996,338	2,637,726 721,307
TOTAL DO ACTIVO	15,556,138	287,843	15,268,295	12,272,512	TOTAL DO PASSIVO		15,268,295	12,272,512

(P / O Director)

Carlos Namahango

ANO ANTERIOR

9000 + 9010 -
9001 + 9011 -
9700 + 9710 -
92000 (*) + 92100 (*) -
9701 + 9711 -
990 -
995 -
641,616 510,771

O Responsável pela Informação

Heiler Nhassango

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas
(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se liver saldo credor
(3) Os saldos devidos das rubricas 542 e 546 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

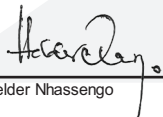
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Código de contas	DEBITO	(milhares de	(milhares de
		meticais)	meticais)
		ANO	ANO ANTERIOR
79+80	Juros e Rendimentos Similares	3,129,703	2,865,986
66+67	Juros e Encargos Similares	1,161,063	893,663
	Margem Financeira	1,968,639	1,972,323
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com serviços e Comissoes	47,381	62,063
68	Encargos com Servicos e Comissoes	212,732	150,652
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-694+834	Resultados de Reavaliacao Cambial	(1,432)	447
-690+830	Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Outros Resultados de Exploracao	90,246	269,620
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843			
(1)+844 (1)+848			
	Produto Bancario	1,892,103	2,153,800
70	Custo com Pessoal	432,780	427,661
71	Gastos Gerais Administrativos	147,694	313,928
77	Amortizacao do Exercicio	70,556	59,974
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidas de Reposicoes e Anulacoes	-	-
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversoes e Recuperacoes	(209,629)	232,901
+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-			
87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876			
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	-	-
	Resultado Antes de Impostos	1,450,702	1,119,336
65	Impostos Correntes	476,984	387,621
74-86	Impostos Diferidos	(22,621)	10,408
640	Resultados após Impostos	996,338	721,307
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
	TOTAL	996,338	721,307


(1) Parte aplicável do Saldo destas Rubricas.

O Responsável pela Informação

(P / O Director)



 Helder Nhassengo



 Carlos Nhamahango



Edifício "Okapi Plaza", Av. Alberth
Lithuli Esquina com Av. 25 de
Setembro, 15, 6º andar, Maputo,
Moçambique



83 950 6000



Moçambique@letshego.com



letshego.com/mozambique